

ANAIS ENFERMAGEM



VIII Jornada Acadêmica de Enfermagem
De 7 a 11 de Novembro de 2022

XVIII Semana Acadêmica de Enfermagem e
IX Mostra Científica do Curso de Enfermagem
De 15 a 19 de Maio de 2023

© 2023 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a
permissão expressa da editora.
Fone: (49) 3551-2065 - editora.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente Administrativa: Simone Dal Moro
Revisão Metodológica: Carlos Libman
Projeto gráfico: Saimon Vasconcelos Guedes
Diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471a Jornada Acadêmica de Enfermagem (8: 2022, 7 a 11,
nov.: Joaçaba, SC).
Anais do VIII Jornada Acadêmica de Enfermagem,
E XVIII Semana Acadêmica de Enfermagem, E IX
Mostra Científica do Curso de Enfermagem /
Universidade do Oeste de Santa Catarina – Joaçaba:
Unoesc, 2023.

ISSN: 2446-9122

Modo de Acesso: World Wide Web

1. Enfermagem - Pesquisa. 2. Saúde - Pesquisa. I.
Semana Acadêmica de Enfermagem (18: 2023, 15 a
19, maio: Joaçaba, SC). II. Mostra Científica do Curso
de Enfermagem (9: 2023, 15 a 19, maio: Joaçaba, SC).
III. Dallacosta, Fabiana Meneghetti, (org.). IV.
Restelatto, Marcia Terezinha da Rocha, (org.). V. Título.

CDD 610.73063

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Carlos Eduardo Carvalho

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Carla Fabiana Cazella

Campus de Xanxerê

Genesio Téio

Pró-reitora de Ensino
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Diretor Executivo

Jarlei Sartori

Comissão Organizadora

Fabiana Meneghetti Dallacosta
Marcia Terezinha da Rocha Restelatto

Comissão Científica

Fabiana Meneghetti Dallacosta
Marcia Terezinha da Rocha Restelatto
Mariane Almeida
Vilma Belframe
Eduardo Janir de Sousa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

VIII JORNADA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM

A DOENÇA DE CHAGAS: MEIOS E ALTERNATIVAS PARA RESOLUÇÃO DE UMA DOENÇA NEGLIGENCIADA.	11
A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	15
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: ALIMENTANDO O MUNDO	17
AÇÕES DE COMBATE À DENGUE SOB VISÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
CASOS DE DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS E COBERTURA DE SANEAMENTO BÁSICO.....	23
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL GLOBAL E A ENFERMAGEM	25
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	27
ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL EM HOSPITAIS: REVISÃO INTEGRATIVA.....	31
ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL.....	33
ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL, PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	35

ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	37
ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	39
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PARCERIAS GLOBAIS	43
FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: SAÚDE DA POPULAÇÃO ATRAVÉS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS	47
GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA: UM OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DO ENFERMEIRO COMO EDUCADOR EM SAÚDE	51
IGUALDADE DE GÊNERO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	53
INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRASTRUTURA NO TRABALHO	57
INOVAÇÃO NA ENFERMAGEM: A TECNOLOGIA EM FAVOR DA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO	59
MEDIDA DA PANTURRILHA COMO FATOR DE RISCO PARA SARCOPENIA EM IDOSOS	63
METODOLOGIA DO ENSINO DA DISCIPLINA ANATOMIA HUMANA NO ENSINO SUPERIOR.....	67
O TRABALHO NA VISÃO MUNDIAL E SUAS PERSPECTIVAS PARA O BRASIL	69
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA.....	71
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16 E 17: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS.....	75

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS	83
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS: ERRADICAÇÃO DA POBREZA E PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	87
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A VIOLÊNCIA COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL.....	91
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS: ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO	93
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS	95
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SAÚDE E BEM-ESTAR	97
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTAMINAÇÃO DOS MARES COM OS ASPECTOS EM SAÚDE	101
ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS E ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO: ATIVIDADE PRÁTICA DE ENSINO E EXTENSÃO, UM RESUMO INTEGRADO	103
POLUIÇÃO E IMPACTO CLIMÁTICO NA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA	105
RELAÇÃO ENTRE A DESIGUALDADE SOCIAL COM A ESQUISTOSSOMOSE	107
SANEAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO TECNOLÓGICA	111
SUSTENTABILIDADE: ERRADICAÇÃO DA POBREZA.....	113

TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	115
---	-----

XVIII SEMANA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM E IX MOSTRA CIENTÍFICA DO CURSO DE ENFERMAGEM

ACOMETIMENTO DE LESÕES POR PRESSÃO EM USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS.....	121
---	-----

ATENÇÃO PRIMÁRIA E O PAPEL DO ENFERMEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	125
---	-----

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA ATENÇÃO BÁSICA SEGUNDO DEMANDA ESPONTÂNEA: REVISÃO DA LITERATURA	127
--	-----

DESCOMPRESSÃO METASTÁTICA CIRÚRGICA COMO TERAPIA DE CONTROLE.....	131
---	-----

DIFICULDADE DA VIVÊNCIA DE PACIENTES COM TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR: REVISÃO DA LITERATURA	133
--	-----

ESCALA DE EVARUCI X ESCALA DE BRADEN: ANÁLISE DE DESEMPENHO E POTENCIAL PREDITOR	135
--	-----

Apresentação

Nesta edição estão apresentados os trabalhos de alunos e professores do Curso de Enfermagem, que foram submetidos à VIII Jornada Acadêmica de Enfermagem, em 2022/2, e à XVIII Semana Acadêmica de Enfermagem e IX Mostra Científica do Curso de Enfermagem, de 2023/1.

Os trabalhos apresentados incluem relatos de experiência e resultados de pesquisa, desenvolvidos pelos alunos a partir de suas experiências práticas em estágios, atividades de extensão, pesquisas de TCC ou Iniciação científica.

Comissão organizadora.



VIII

Jornada Acadêmica de Enfermagem



A doença de Chagas: meios e alternativas para resolução de uma doença negligenciada.

Ana Julia de Jesus Dagostin

Andrelise Oliveira Santos

Andressa Brandão

Andressa Gabriela Moreira dos Santos

Brenda Rafaela Auler

Alan Savariz

A doença de Chagas está diretamente associada à desigualdade social, sendo uma parasitose considerada uma das doenças negligenciadas, já que na grande maioria dos casos afeta pessoas com baixas condições de vida, não existe grande investimento para pesquisa e desenvolvimento de tratamentos eficazes. Com o intuito de acabar com a pobreza e assegurar uma vida mais saudável promovendo o bem-estar para todos, a Organização das Nações Unidas (ONU) juntamente com seus parceiros trabalham para garantir que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam cumpridos. Este trabalho tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre possíveis estratégias que possibilitem a redução da desigualdade fazendo com que desta forma também haja a redução dos índices de contaminação da doença de Chagas. A revisão de literatura foi realizada na base de dados Google Acadêmico, com a palavra-chave: Doenças negligenciadas, Doença de Chagas. Foram encontrados 10.700 artigos e selecionados cinco artigos, que abordam a doença, além da análise das ODS número 10 redução das desigualdades e 17 parcerias e meios de implementação. Pode-se observar que a doença de Chagas, uma infecção causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, é um problema sério de saúde pública há mais de 100 anos após ter sido descoberta. Na fase crônica, a maioria das pessoas mantêm-se assintomáticas, embora infectadas. A forma cardíaca, também chamada de cardiomiopatia chagásica (CCH) é a manifestação clínica mais grave e mais comum, com alterações eletrocardiográficas importantes, piora progressiva da função sistólica com dilatação ventricular. A cardiomiopatia chagásica,



estágio final da doença cardíaca, pode evoluir com insuficiência cardíaca, tromboembolismo e arritmias malignas. Associada diretamente a populações que vivem em situações precárias é necessário a criação imediata de projetos que visem trabalhar as desigualdades sociais, promovendo um trabalho conjunto entre governo, educação e saúde, aumentando as verbas para melhorias no meio de vida ou buscando novos meios de moradia para esta população em risco, promovendo a educação sanitária tornando assim conhecimento de todas algumas medidas essenciais que devem ser adotadas para melhor higiene pessoal e do meio em que vivem, também o trabalho nos órgãos públicos de saúde para que acolham estas pessoas portadoras da doença e possibilitem um tratamento adequado, melhorando as condições básicas de vida destas pessoas em área de risco. Desenvolvendo estas medidas de prevenção automaticamente se espera a diminuição do inseto vetor da doença, obtendo desta forma a redução dos casos de Doença de Chagas. A Doença de Chagas é cercada de estigmas e valores culturais que condicionam as relações sociais e econômicas de seus portadores. A partir da percepção do indivíduo de seu estado de saúde e sobre os aspectos físicos, psicológicos e socioeconômicos que pertencem ao seu viver, observou-se o impacto da Doença de Chagas como limitadora da qualidade de vida dos pacientes nos diversos planos, levando em conta que a desigualdade social é um dos principais motivos que proporciona a doença de chagas, podemos concluir que as estratégias citadas neste trabalho tem papel fundamental para a diminuição dos casos da doença, principalmente no quesito de educação e ações sociais regularmente.

Palavras-chave: Doenças negligenciadas, Trypanosoma cruzi, Doenças tropicais.

alan.savariz@unoesc.edu.br

anajuliadagostin05@gmail.com

andrelise2017@gmail.com

dresabranfo@gmail.com

andressa_14moreira@hotmail.com

brendaauler@hotmail.com



A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Kaline dos Anjos
Jéssica Lenhardt da costa
Jéssica Gibson
Letícia Carolina Steffens
Fabiana Pires da Silva
Alan Savariz

Introdução: Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados pela ONU e países são apelos globais com ações para acabar com a pobreza, com a desigualdade, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade, em todos os lugares. **Objetivo:** o objetivo deste estudo é reconhecer os instrumentos jurídicos existentes que estabelecem o marco de igualdade entre homens e mulheres. **Metodologia:** como metodologia foram utilizadas todas as legislações existentes no Brasil que remetem sobre os direitos iguais entre homens e mulheres na sociedade. **Resultados:** os resultados demonstraram que a primeira legislação se encontra na Constituição Federal, a qual faz menção de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Portanto, o princípio constitucional da igualdade, assegura a todos, indistintamente, independentemente de raça, cor, sexo, classe social, situação econômica, orientação sexual, convicções políticas e religiosas, igual tratamento perante e principalmente, igualdade material ou substancial. Outros grandes marcos da igualdade à mulher foram a favor da participação política repercutindo na história político-jurídica do país; licença-gestação para a mulher, com duração superior à da licença-paternidade e o incentivo ao trabalho da mulher, mediante normas protetoras de igualdade. Apresentou-se também o instrumento do Código Civil, que inicialmente em 1916, de influência romana, caracterizava-se



pelo tratamento desigual, discriminatório, afirmando diferenças de classe social, sexo e raça, em que a mulher era considerada um ser subordinado ao homem em todas as situações. Entretanto, o novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002) trouxe alterações legais pelo fim da discriminação na legislação cível contra as mulheres, equiparado com a Constituição Federal. Fez-se também menção do princípio da igualdade nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, onde insere-se o plano de proteção internacional à mulher, sendo considerado a Constituição Federal, de modo que, todas as convenções e tratados assumidos pelo Brasil tinham o objetivo de estabelecer direitos iguais as mulheres e proteção.

Conclusão: diante do que se apresentou, conclui-se que a Constituição do Brasil representou um importante marco para a transição democrática brasileira, trazendo avanços no tocante ao reconhecimento dos direitos individuais e sociais das mulheres, sendo também criadas muitas leis como complemento e apoio a essa discriminação e igualdade. Além disso, evidencia-se que o novo Código Civil veio para pôr fim a discriminação no ordenamento jurídico contra as mulheres, contribuindo para um tratamento igualitário ao homem, especialmente, no Direito da Família.

Palavras-chave: igualdade social; mulheres e homens; constituição federal; leis jurídicas.

alan.savariz@unoesc.edu.br

kaline_nissel@hotmail.com

jebisdacosta@gmail.com

jessicacruzgibson@gmail.com

leticiaeffens2531@gmail.com

fabi.pires13@hotmail.com



AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: ALIMENTANDO O MUNDO

Ana Beatriz Bond
Daniela Aparecida Amaral
Suélem dos Santos
Jucielly Carla Téo

Introdução O Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) destacam-se pela preocupação com as gerações atuais e futuras, e adotam medidas para acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional, promover agricultura sustentável e fome zero, que estão no segundo item da lista dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é apresentar um resumo sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável Fome Zero e Agricultura Sustentável. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica documental disponíveis. **Resultados:** No Brasil a desigualdade social e a insegurança alimentar estiveram presentes na vida de grande parte dos brasileiros e em combate a fome ações governamentais foram implementadas e como o Programa Fome Zero. A meta deste programa é combater a fome e a desnutrição, trazer segurança alimentar e nutricional garantindo uma alimentação regular e de qualidade. Para cumprir esta meta houve unificação de benefícios oferecidos pelo governo federal como bolsa escola, auxílio gás, bolsa alimentação e bolsa família, e em função disso o Brasil deixou de fazer parte da estatística da Fome no ano de 2014. Segundo as atuais pesquisas, após a pandemia Covid- 19 estima-se que 83 e 132 milhões de pessoas voltaram a viver em situação de insegurança alimentar, sendo que a economia foi a maior prejudicada pela doença, resultado que vai na contramão do estipulado na agenda 2030 da ONU. A agricultura sustentável é um fator importante para garantir a segurança alimentar e nutricional em nosso país, e que visa o plantio de alimentos saudáveis sem o uso de produtos químicos, um aliado para conservação do meio ambiente, diminuição de agentes



poluidores e garantindo bem-estar para a população atual e gerações futuras. No Brasil a agricultura sustentável tem ganhado força, porém há problemas como desrespeito, degradação e uso inadequado do solo. Diante destes aspectos negativos no meio ambiente medidas devem ser tomadas, como a reeducação dos produtores envolvidos para que a agricultura sustentável seja produtiva e saudável para o meio ambiente. **Considerações finais:** A intenção foi apresentar os assuntos relativos aos objetivos do desenvolvimento sustentável: a fome, segurança alimentar e nutricional e a agricultura sustentável, visando reforçar a importância do direito de uma alimentação regular e adequada. Também, que a agricultura sustentável busca garantir que todas as pessoas tenham acesso ao alimento orgânico com o intuito de erradicar a fome, manter a terra fértil e buscar uma vida sustentável.

Palavras-chave: fome; agricultura sustentável; alimentação.

bondanabeatriz16@gmail.com

danielaaparecida@unoesc.edu.br

suellemgremio@gmail.com

jucielly.teo@unoesc.edu.br



AÇÕES DE COMBATE À DENGUE SOB VISÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maria Laura Biazotti
Camila Fernandes de Paula
Naiuri Dalla Santa Chiste
Milena Muller
Nalanda Varela
Silvana Maria Nunes
Mária Eduarda dos Santos
Maria Isabel Benck Scanagata Comin

Introdução: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram desenvolvidos com o intuito de atender as necessidades primordiais do cidadão. As ODS são distribuídas em 17 objetivos, destas, destacam-se a ODS número 3, intitulada "saúde e bem-estar", com objetivo de garantir uma vida saudável e bem-estar a todos os indivíduos, e a ODS 17, que visa o desenvolvimento sustentável correlacionado com os campos das finanças, tecnologias, capacitações, prestação de contas, comércio entre outros. Considerando os objetivos das ODS 3 e 17, uma das formas de implementá-la no Brasil é através do apoio a pesquisas e desenvolvimento de ações em saúde para doenças transmissíveis e não transmissíveis, incorporado ao SUS. O presente trabalho visa abordar a dengue, doença não transmissível causada pela picada do mosquito *Aedes Aegypti*, que além de ser um problema de saúde, trata-se de um problema ambiental. Diante disso percebe-se uma correlação nos objetivos das ODS com as ações em saúde que podem ser realizadas a fim de combater a dengue e proporcionar saúde e bem-estar à população. **Objetivo:** Prevenção e assistência à saúde social, vinculado às ações no enfrentamento à dengue, apresentando execuções no combate do mosquito *Aedes Aegypti*, a fim de identificar as atividades que o Estado de Santa Catarina realiza na erradicação da doença. **Metodologia:** A pesquisa desenvolvida através de revisão bibliográfica



nas bases de dados das plataformas Google acadêmico e Scielo, com análise dos conteúdos com a finalidade de identificar a correlação das ODS em saúde no combate à dengue. **Resultados:** Como uma doença que afeta negativamente a população brasileira e atinge principalmente a população carente do Brasil, a dengue é transmitida através de uma picada da fêmea do mosquito, o qual tem seu meio de proliferação em água parada. Para que se combata tal doença, torna-se necessária a criação de planos de ações que, com o foco na criação de políticas públicas e ambientais, venham a apresentar uma melhoria de vida da população e eliminação dos focos em que o mosquito se prolifera. As metas colocadas para 2030 englobam a participação de órgãos municipais, estaduais e federais em ações de simples realização quando juntadas a essas esferas, já com algumas em atuação no combate de criadouros do mosquito, ações simples que venham a gerar resultados positivos na disseminação e eliminação da doença. **Considerações finais:** O intuito do projeto desenvolvido foi expor a correlação da dengue no Brasil e em Santa Catarina com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 e 17, a fim de promover estratégias de ascensão da saúde pública, mostrando que a cooperação conjunta da população e de esferas organizacionais são capazes de fomentar uma melhora significativa no âmbito social e ambiental, através de ações comunitárias e individuais. Com a correta execução das medidas, gera-se um grande impacto na saúde pública, tornando possível o combate a outras doenças, pois qualidade de vida é prioridade para todos.

Palavras-chave: ODS; dengue; desenvolvimento sustentável.

marialaurabiazotti015@gmail.com

camila.fernandes@unoesc.edu.br

naiuridallasantachiste@gmail.com

milenaev@hotmail.com

nalandavarela01@gmail.com

Marianunessilvana@gmail.com

mariaeduardacats53@gmail.com

mariaisabenck0909@gmail.com



CASOS DE DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS E COBERTURA DE SANEAMENTO BÁSICO

Luíza Manoela Nicolli
Paula Brustolin Xavier

Introdução: A água é um elemento essencial para a sobrevivência humana, e sua qualidade está intimamente ligada à saúde individual e coletiva. Dentre os Objetivos Desenvolvimento Sustentável, o ODS 14 aborda a importância de conservar e utilizar de maneira sustentável a água contida nos oceanos, mares e os recursos marinhos para que haja um desenvolvimento saudável. No Brasil, a água é distribuída desigualmente nas diferentes regiões do país, haja vista que no Nordeste, região com grande contingente populacional, há grandes períodos de secas que interferem na saúde humana. Ainda, a baixa cobertura de saneamento básico nas cidades brasileiras faz com que ocorra a degradação ambiental e contaminação dos rios e mananciais e, conseqüentemente, impactos adversos na saúde da população.

Objetivo: Analisar a ocorrência de casos de Doença Diarreica Aguda (DDA) por faixa etária nos municípios que compõe a 7ª Regional de Saúde e sua cobertura de saneamento básico. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, com dados secundários da base de dados do Sistema de Vigilância da Doença Diarreica Aguda (SIVEP/DDA), do ano de 2021, e do Sistema Nacional Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2020. Para descrição e análise dos dados utilizou-se estatística descritiva, com a apresentação da frequência relativa de casos de DDA registrados, número de habitantes de cada município com acesso ao saneamento básico e faixa etária. **Resultados:** Observou-se que, dos vinte municípios pertencentes à 7ª GERSA, o número de casos notificados no SIVEP/DDA no ano de 2021 foi 5.935. A maior ocorrência foi na faixa etária de 10 anos ou mais, representando 60% do total, seguido dos que tinham entre 1 e 4 anos, com 17%.



Dentre os municípios, Herval d'Oeste foi quem notificou maior número de casos no período, com 1651, obtendo-se uma proporção de 72 casos a cada 1000 habitantes. Dos 22.714 habitantes, 5.301 estão sem acesso a tratamento adequado de esgoto (23,3%) e cerca de 5% da população sem água tratada. Capinzal possui 24% de cobertura de esgoto e registrou 816 casos correspondendo a uma proporção de 35 a cada 1000 habitantes. Em contrapartida, observa-se que Joaçaba aparece com 8 casos a cada 1000 habitantes, e um índice de 99,9% de habitantes com acesso à água tratada. O município com menor número de notificações registrou 56 casos.

Considerações finais: Diante dos resultados pode-se inferir que os municípios pertencentes a 7ª GERSA estão sensíveis a notificação dos casos de DDA e que pode existir uma relação direta entre as baixas coberturas de saneamento básico com os casos de DDA. Sabe-se que outros fatores como hábitos de higienização, somados à educação e às condições socioeconômicas são elementos cruciais para a prevenção da doença. Nesse sentido, é importante e necessário fortalecer as parcerias e intersetorialidade para que haja intervenções na infraestrutura e saneamento básico local, ações de educação em saúde na comunidade, e necessidade de tecer as linhas de cuidado, com adoção de medidas de controle contínuas, integradas e efetivas.

Palavras-chave: saneamento básico; diarreia; intersetorialidade.

luiza.nicolli@hotmail.com

paula.xavier@unoesc.edu.br



CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL GLOBAL E A ENFERMAGEM

João Paulo Rosa
Juliana Dal Moro
Julia Pancera
Julia Silva
Patricia Zilio Tomasi

A fim de superar os principais desafios de desenvolvimento no Brasil e no mundo na promoção do crescimento sustentável global até 2030, criou-se um pacto global estabelecendo 17 objetivos ambiciosos e interconectados. Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, abarcam diferentes temas, tanto em aspectos ambientais e sociais, na qual suas metas foram construídas de maneira que fossem interdependentes. O ODS 12 aborda a produção e o consumo sustentáveis, com foco em ações globais e locais, como alcançar o uso eficiente de recursos naturais, reduzir o desperdício de alimentos, manejar resíduos químicos de maneira responsável. Neste objetivo, também estão incluídos o cuidado com resíduos sólidos, a diminuição da emissão de poluentes. Uma das percepções deste objetivo é o alto nível de desperdício diário e a expectativa para a população mundial como fatores alarmantes que demandam uma gestão de práticas sustentáveis para reduzir o uso de recursos naturais, químicos, resíduos e consumo exagerado. Também é preciso a promoção de um estilo de vida mais sustentável e consciente de desenvolvimento tecnológico para otimização da ação dessas práticas em diversos lugares. Convergindo na cooperação de diferentes países desenvolvidos para com países em desenvolvimento e subdesenvolvidos que é o objetivo do décimo sétimo item da ODS com foco na globalização das práticas sustentáveis para que tenham alcance internacional e eficácia. O desenvolvimento de políticas de exportação e comércio globais são importantes fatores que incentivam o desenvolvimento sustentável propiciam a quebra de barreiras como renda, etnia,



localização e outras características que outrora poderiam atrapalhar o acesso à informação e estratégias. Assim, para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, as parcerias e meios de implementação tem papel fundamental na formação de parceria global para o desenvolvimento e práticas sustentáveis por meio de compromissos como compartilhamento de informações, apoio financeiro entre países, e políticas de desenvolvimento. Fortalecendo assim os meios de implementação e revitalização com a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Entendemos que os profissionais da saúde, em especial os Enfermeiros devem estar atentos e acompanhando as questões ambientais, que possuem relação direta com a saúde da população. Promover ações educativas é uma boa opção para levar conhecimento a população e influenciar positivamente na mudança de hábitos e na utilização de práticas saudáveis.

Palavra chave: Consumo; Sustentabilidade; Educação em Saúde.

joaopmrosa140@gmail.com



EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nathalia Passos
Raissa Alana Fagundes
Rebeca Cambuhy
Thauany Buttner
Xaiany Naili Favetti
Simone Triquez

Introdução: Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), foram propostos pela ONU, na elaboração da Agenda 2030, a qual é composta por 17 objetivos. A ODS 4, educação de qualidade, foi organizada juntamente com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura Brasil) e o Ministério da Educação (MEC), que realizaram um conjunto de matérias pedagógicas inéditas. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 “Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ODS 4) tem como principal enfoque garantir o direito à educação, indiscriminadamente, a todas as pessoas até o ano de 2030. Mas não basta o mero acesso ao ensino completo. Os governos devem também assegurar qualidade, atenção ao desenvolvimento pessoal dos estudantes e estímulo contínuo para que os alunos cheguem à formação técnica e/ou superior. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi analisar, mediante pesquisa bibliográfica, as problemáticas relacionadas à educação e quais são as medidas para atingir a meta até 2030, para a Atividade Prática de Extensão (APEE). **Metodologia:** Foram selecionados artigos entre os anos de 2019 e 2022, sobre a educação como um objeto de desenvolvimento sustentável no idioma português (Brasil). **Resultados:** Em suma, com as demandas crescentes e recursos cada vez mais escassos, é preciso aprimorar a gestão para produzir resultados efetivos. Visto que, o Brasil enfrenta algumas adversidades relacionadas à educação,



como a baixa qualidade de ensino, despreparo de professores, remuneração injusta de profissionais, evasão escolar, violência, bem como infraestrutura inadequada nas escolas. Desse modo, o projeto é ambicioso e os desafios são enormes. Em um levantamento divulgado pela UNESCO em 2018 revelou que cerca de 263 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola no mundo, o que significa que uma em cada cinco pessoas com até 17 anos não frequenta uma instituição de ensino. O quadro é ainda mais dramático entre os jovens que vivem em países de baixa renda, se tornando uma problemática global. Nesse sentido, é possível perceber que as necessidades educacionais no Brasil e no mundo são diversas como também complexas. **Considerações finais:** Portanto, faz-se necessário a implantação de medidas eficazes, como empregar as tecnologias a favor da educação, promover a interação entre professores, alunos e pais, instigar o diálogo e a curiosidade dos estudantes, buscar novos desafios, bem como inovar as práticas pedagógicas. Tendo como base a ODS 17, a qual diz respeito às parcerias e aos meios de implementação das metas para 2030. Fortalecendo assim estes meios e revitalizando a parceria global, para que até 2030 todos os estudantes adquiram por meio do ensino de qualidade, conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e a valorização da diversidade cultural, para que assim contribuam com a sociedade de maneira geral

Palavras-chave: educação; desenvolvimento sustentável; implementação.

simone.triquez@unoesc.edu.br

raissalocatellifagundes@gmail.com

nathalia.passos@unoesc.edu.br

rebecacamargosancho@gmail.com

thauanybuttner.tb@gmail.com

xaianyfavetti123@gmail.com



ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL EM HOSPITAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Joice Cardoso de Campos
Jonieli Aparecida Ribeiro Piazza
Kamille Eduarda Padilha
Keite Naiara Tiepo
Luan Carlos Neis
Luana Magnaguagno
Eduardo Janir de Souza Souza

Introdução: O hospital é um consumidor de energia elétrica ininterrupto, assim como também é um consumidor de fontes de energia não renovável como o diesel-derivado do petróleo, para manter geradores, além do consumo de gás e madeira para manter caldeiras, entre outros. No Brasil a implantação de energia fotovoltaica em hospitais poderia reduzir o consumo de energia elétrica e favorecer o consumo de energia renovável, impactando não somente no ambiente, mas também nos recursos gerados pela economia na conta de energia elétrica permitindo investimento em outras áreas do hospital. **Objetivo:** Refletir o uso de energia limpa e acessível em hospitais. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde a busca foi realizada na base de dados da Scielo Brasil, durante o mês de agosto de 2022. Os descritores utilizados foram: energia solar and saúde. Foram utilizados os filtros: Título, resumo, assunto; idioma português. A busca inicial dos resultados foi de três artigos, dois deles foram excluídos devido a fuga do tema. Desta forma, foi incluído um artigo de acordo com os critérios estabelecidos nesta revisão. **Resultados:** Conforme o artigo analisado, sob o título “Adoção da energia solar fotovoltaica em hospitais: revisando a literatura e algumas experiências internacionais” (SANTOS; JABBOUR, 2013) que demonstra que embora o Brasil possua um grande potencial energético tanto solar quanto hidroelétrico, o país não utiliza nem 30% deste potencial. Os autores analisaram através de uma perspectiva internacional o uso de energia



fotovoltaica em hospitais, buscando associar tal realidade a realidade brasileira. No Brasil, o clima favorece o uso de energia solar, gerando economia e promovendo energia limpa auxiliando a cumprir com um dos objetivos para o desenvolvimento sustentável. Como no país ainda há um custo elevado para a implantação dos materiais necessários para uso da energia fotovoltaica, sugere-se parcerias entre instituições hospitalares e entes públicos, afinal o interesse em preservar o meio ambiente é de todos, além de ser necessário. **Conclusão:** Foi observado que a energia fotovoltaica, além de ser uma energia limpa e renovável, gera economia para o hospital o que promoveria aplicação de recursos em outras áreas, além de minimizar o uso de fontes não renováveis de energia, contribuindo para preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: ODS; sustentabilidade; saúde; energia renovável.

eduardo.souza@unoesc.edu.br

jonielipiazza@gmail.com

kamille_padilha@estudante.sc.senai.br

luan.neis@unoesc.edu.br

luuhmagnaguagno@gmail.com



ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Mabile Godoy
Maria V. Savaris Parisotto
Maria E. Muraro
Luana Marcus
Nicole de O. Couto
Simone Triquez

Introdução: Atualmente vivenciamos um mundo que está em constante avanço tecnológico, contudo é indispensável que façamos o uso dessas tecnologias de forma responsável a fim de não gerar impacto negativo na vida das pessoas. O uso da energia criada pelo homem, que hodiernamente utilizamos combustíveis fósseis como o carvão, petróleo ou o gás natural, que não são de fontes renováveis e sua queima é responsável pelo efeito estufa, os efeitos econômicos e ambientais da utilização das energias renováveis, especialmente a em relação preocupantes dos esforços da redução do Efeito de Gases do Efeito Estufa, os ambientes que vivemos hoje se tornaram a maior busca de produção de energia. Entre essas alternativas, a energia eólica é uma opção. **Objetivo:** Desenvolver estudo sobre um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) articulando as disciplinas do curso de Enfermagem através da Atividade de Pesquisa Extensão e Ensino (APEE). **Metodologia:** Baseado nas necessidades mundiais As atividades de pesquisa foram voltadas para o desenvolvimento do contexto e conhecimento acerca do tema. **Resultados:** Em 1970 quando houve a crise do petróleo levou vários países a procurar a segurança de fornecimento e de energia, redução de e importação de combustíveis. Para a sustentabilidade das nações a ONU acrescentou em seus 17 objetivos sustentáveis a Energia Limpa e Acessível, sendo que essas ações devem ser cumpridas até 2030, destacamos que o uso de energia limpa e acessível está vinculada aos 17 ODS. Quando falamos de energia limpa e acessível podemos citar como exemplos a energia eólica e a energia solar. A energia



eólica usa o vento para produzir eletricidade. Isso acontece, pois, o vento gira as pás, que movem o eixo ligado a um gerador produzindo eletricidade. E a energia solar (também conhecida como fotovoltaica), utiliza painéis solares que convertem a luz solar em energia. **Conclusão:** Energia Limpa tem menor impacto ambiental, pois ela possui fontes alternativas, como a solar e eólica, que não causam interferência nos ecossistemas para ser adquirida. Isso resultará em um impacto positivo para o meio ambiente e consequentemente diminuição da poluição e sobrecarga ao nosso ecossistema. É a ODS 17 globaliza todos os outros objetivos que visam juntar os países para organizar finanças, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias.

Palavras-chave: energia; eólica; solar; globaliza.

mabilegodoy98@gmail.com

mariavitoriaParisotto@gmail.com

mariamuraro03@gmail.com

Luana.marcus@unoesc.Edu.br

nicolededeoliveiracouto@gmail.com

simone.triquez@unoesc.edu.br



ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL, PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Joice Cardoso de Campos
Jonieli Aparecida Ribeiro Piazza
Kamille Eduarda Padilha
Keite Naiara Tiepo
Luan Carlos Neis
Luana Magnaguagno
Eduardo Janir de Souza Souza

Introdução: A variável de meio financeiros, tecnológicos e de gestão é essencial para o cumprimento das metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), mas possuímos um grande desafio visto que tais recursos não são disponibilizados em países em desenvolvimento. A ODS 7- Energia limpa e acessível, assegura um acesso sustentável, atualizado e com preço acessível, mantendo energia para todos conforme as políticas adotadas no país nos últimos anos, visto no apoio à expansão desse projeto coerente as energias renováveis já ODS 17 – Parcerias e meios de implementação, apresenta um preâmbulo para o cumprimento das metas, e desafios a serem superados pelos países em desenvolvimento para alcançarem sustentabilidade e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas, e em condições favoráveis. **Objetivo:** Compreender a importância da tecnologia limpa e acessível vinculada a parcerias e meios de implementação com vistas a cumprir os objetivos das ODS até 2030. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, através de busca virtual em canais acadêmicos durante o mês de setembro de 2022. A busca resultou após aplicação de filtros na extração de dois cadernos, um de objetivos de desenvolvimento sustentável do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e um artigo da Embrapa baseado em dados do IBGE sinopse do censo demográfico de 2010. **Resultados:** Segundo os cadernos do ODS no final de 2017 pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 99.8% das



residências permanentes no Brasil possuíam acesso a eletricidade, sendo 69.4 milhões de unidades residenciais, mas cerca de 104 mil residências permanecem ainda sem o atendimento de energia elétrica em 2017. Considerando os dados podemos perceber que há lugares que ainda não possuem energia e que há diferença de qualidade entre as regiões do país, pois algumas distribuidoras ultrapassam os limites regulatórios, principalmente os dados de limites das interrupções fixados pela ANEEL. Mas para mudar esses dados vem sendo inovado em fontes de energias renováveis como hidráulica, eólica, biomassa, solar, entre outras, alcançando 80.4% da oferta total de 2017, assim podemos englobar a grande importância das parcerias e meios de implementação, para mobilizar recurso internos e externos para a melhoria da capacidade nacional nesses indicadores socioeconômicos. Assim criado uma agenda 17 objetivos com o propósito de ser cumprida até o ano de 2030. **Conclusão:** Verifica-se que o Brasil está em constante crescimento em rumo ao cumprimento das ODS, tanto para fins de energia limpa e acessível, com melhor engajamento daquelas em que são firmadas parcerias nos meios de implementação.

Palavras-chave: ODS; energia limpa; sustentabilidade.

eduardo.souza@unoesc.edu.br

kamille_padilha@estudante.sc.senai.br

luan.neis@unoesc.edu.br

luuhmagnaguagno@gmail.com



ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Thais M. Pilati Deon
Eduardo Spassini
Suelen Ferri
Tania Rocha

Introdução: A Organização das Nações Unidas – ONU propõe 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), com o intuito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, o clima, garantindo assim um ambiente saudável para todos. **Objetivo:** discorrer acerca do 15º objetivo proposto, que estabelece a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gestão de forma sustentável as florestas, combate à desertificação, detenção e reversão a degradação da terra e detenção a perda de biodiversidade e o 17º objetivo, o qual aborda as metas nas diferentes frentes associadas ao desenvolvimento sustentável com parâmetros relacionados a finanças, tecnologia, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e a prestação de contas. **Metodologia:** O estudo de cunho qualitativo, apresenta um resumo referente aos objetivos apresentados pela Organização Mundial de Saúde, estabelecidos no 15º e 17º objetivos. **Resultados:** O 15º objetivo proposto nos ODS estabeleceu como meta, até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais, e até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, além de ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas. Levantamento de dados e monitorização do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas



Espaciais), registram que o Brasil apresentou 7.561 focos de incêndio até 05 de outubro de 2022. O Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023, publicou o balanço de atividades de 2021, onde a Amazônia Legal apresentou taxa preliminar de desmatamento de 13.235km². No mesmo ano, o INPE, observou que no Cerrado brasileiro a taxa de desmatamento foi de 8.531,44 km². Os dados apresentados são importantes para direcionar as ações de combate à destruição dos ecossistemas e proteção da biodiversidade, e para que isso aconteça, o desenvolvimento de práticas de educação ambiental exige preparo e conhecimento do enfermeiro. Os meios de implementações e as parcerias para o desenvolvimento sustentável são vitais para o crescimento e para o desenvolvimento sustentável das nações. O 17º objetivo propõe o caminho para a realização efetiva da agenda 2030 para todos os países. **Considerações finais:** Desta maneira, para efetividade desses objetivos, a enfermagem pode contribuir propondo ações de educação ambiental, para a preservação do ecossistema com foco na prevenção e promoção da saúde biopsicossocial da população.

Palavras-chave: sustentabilidade; enfermagem; educação ambiental.

psico.clinica@hust.org.br



ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Gabrielly Martini
Helena Cristina Paiz
Ingrídi Moraes Costa
Isabella Cristine de Moraes
Joice Ferreira da Luz
Mariane Carolina de Almeida

Introdução: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de objetivos propostos pela ONU para assegurar direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e garantir um desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 é composta por 17 ODS, sendo um esforço de empresas, países e instituições para enfrentar todos os desafios ambientais, políticos e econômicos. **Objetivo:** Refletir sobre a erradicação da pobreza através de uma revisão integrativa da literatura.

Metodologia: O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde a busca foi feita na Biblioteca Virtual da Saúde, durante o mês de agosto de 2022. Os descritores utilizados foram: erradicação da pobreza and. desenvolvimento sustentável. Foram utilizados os filtros: Título, resumo, assunto; texto completo disponível; base de dados LILACS; idioma português; de 2019 a 2022. A busca inicial dos resultados foi de 2 artigos que foram incluídos de acordo com os critérios estabelecidos nesta revisão. **Resultados:** Conforme o artigo "O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS Brasil Leading to 2030" a chance de o Brasil conseguir realizar as 17 ODS é infelizmente é baixa, tendo em vista os com potenciais maiores de cumprimento ODS 6 (água limpa e saneamento) e 5 (igualdade de gênero). Identifica-se entre os ODS com menor potencial de cumprimento o ODS 1 (erradicação da pobreza), considerado como um dos mais importantes a serem atingidos pelo país. Segundo o artigo "Na contramão dos objetivos do desenvolvimento sustentável: avaliação da pobreza hídrica na região estuarina do Rio Macaé, Macaé/RJ. Na



região estuarina do Rio Macaé, em Macaé/RJ", observa-se condições de pobreza hídrica e um alto índice de vulnerabilidade socioeconômica. Ainda o rápido crescimento populacional aliado ao processo migratório do campo para as cidades propiciou o surgimento de ocupações irregulares na área urbana. Algumas dessas aglomerações estão localizadas nas periferias, onde existem condições de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, como na região estuarina do Rio Macaé. A Ilha Colônia Leocádia e a Ilha da Caieira ilustram uma situação desigual de pobreza e degradação ambiental ligada à falta de acesso à água e ao saneamento. A investigação baseou-se na aplicação do Índice de Pobreza Hídrica (IPH) a nível local. Um questionário foi aplicado aos moradores dessas localidades e os resultados permitiram estimar seu IPH, confirmando a situação de extrema pobreza hídrica e vulnerabilidade socioeconômica dos moradores da Ilha Colônia Leocádia em relação aos moradores da Ilha da Caieira, indicando uma realidade extrema desigualdade, a qual caminha na contramão dos ODS. **Conclusão:** Destaca-se então a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar de toda a população estuarina, com foco no acesso à água e ao saneamento, na proteção dos recursos hídricos e no emprego de soluções baseadas na natureza. O resultado do cumprimento da ODS 1 é eficaz, e suas consequências são, em sua maioria, positivas.

Palavras-chave: erradicação da pobreza; desenvolvimento sustentável; pobreza.

gabriellymartini123@gmail.com

helenapaiz2326@gmail.com

ingridimoraescostaa@gmail.com

isabelinha224@gmail.com

joice.fdaluz@gmail.com

maricarolinaalmeida@gmail.com



ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PARCERIAS GLOBAIS

Kamilla Belluzzo Brunetto
Késia Araújo Soares
Letícia Holetz
Letícia Luiza Mathias
Adarly Kroth

Introdução: O trabalho infantil permeia nossa sociedade desde os primórdios, porém, hodiernamente, esta prática ainda se faz presente em nosso meio. A causa pode ocorrer por vários motivos, mas o principal está relacionado a baixa renda per capita familiar, onde a família se vê obrigada a inserir seu filho (a) no mercado de trabalho desde muito cedo para garantir o sustento da casa. Objetivo: este trabalho teve por objetivo estudar a aplicabilidade da agenda 2030 referente às ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo como foco, as metas de número 8 e 17. Metodologia: pesquisa do artigo intitulado "ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", na plataforma digital Google Acadêmico. A partir do material selecionado realizou-se a análise de seu conteúdo buscando o entendimento de suas metas até o ano de 2030. Resultados: a oitava ODS aborda suas preocupações com o mundo do trabalho e o crescimento econômico. Também aposta na promoção de políticas que estimulem o espírito empresarial e a criação de empregos de qualidade, a erradicação do trabalho forçado e escravo, bem como a erradicação do trabalho infantil e do tráfico de seres humanos como destaca a meta 8.7. No Brasil, assim como em outros países, a justificativa para tal meta se baseia na infeliz persistência deste tipo de ação. O trabalho infantil manifesta-se como um 'sintoma desagradável', devido a desigualdade social. Apesar da existência de fatores culturais ligados a este tipo de trabalho, o principal motivo está associado a baixa renda per capita familiar, onde os pais, não conseguem arcar com o mínimo necessário para



suprir a subsistência da família, se veem obrigados a inserir seus filhos no mercado de trabalho desde muito cedo. O conhecimento desses aspectos sobre o trabalho infantil tem um papel importante no desencadeamento de ações do governo e da sociedade no combate e prevenção de tal circunstância. Uma medida adotada foi a Convenção 182 da Organização Internacional de Trabalho (OIT), ratificada e adotada pelo Brasil em 2000 pelo Decreto 6.481/2008, o qual visa proibir práticas como: o uso de crianças em escravidão, trabalhos forçados, tráfico, servidão por dívida, exploração sexual, pornografia, recrutamento militar, e outras formas de trabalho que oferecem riscos à saúde física e moral de todas as crianças. A partir desta meta, com o auxílio dos órgãos governamentais como o Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério dos Direitos Humanos, objetivou-se proporcionar o fim do trabalho infantil, para que assim não ocorra nenhum tipo de agressão, seja ela física, psicológica ou moral contra todas as crianças até 2030. Também vale ressaltar que a ODS 17 aborda o fortalecimento da implementação e revitalização das parcerias globais para o desenvolvimento global. Ademais, há uma necessidade de colaboração entre setores e países na busca da realização de todas as metas até o ano de 2030. As uniões e parcerias entre os diferentes agentes — tais como governos, sociedade civil, mundo acadêmico e setor privado — irão permitir a mobilização do conhecimento, capacidade técnica, tecnologia e recursos para bens maiores. A Agenda 2030 requer a colaboração de todos os países a fim de adotar medidas que assegurem que nenhuma nação fique para trás, concretizando assim, a realização de todas as ODS até sua data estipulada. Conclusão: Somente com o apoio de todas as entidades responsáveis acontecerá uma gestão que tenha por objetivo evitar danos a todas as crianças, não somente para cumprir uma meta com data pré-estipulada, mas sim para preservar a infância como um todo.

Palavras-chave: criança; pobreza; globalização.

belluzzokamillab@hotmail.com



FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: SAÚDE DA POPULAÇÃO ATRAVÉS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS

Josiele Bertha
Juliana Eberts
Luana Cristina Geuster
Maria Cecília Fonseca Oliveira
Lediane Savaris
Luana Varela Stürmer
Luana Turra

Introdução: Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), foram estabelecidos com o objetivo de minimizar e extinguir a pobreza e proteger o ambiente e o clima. Em seu eixo dois, dá foco em acabar com a fome no mundo até o ano de 2030 por meio da agricultura sustentável, visando o acesso a alimentos seguros e nutritivos, buscando erradicar desnutrição, obesidade e sobrepeso. Para tal, a ênfase deve ser para a produtividade agrícola, observando uma produção sustentável e promovendo ainda o autoconsumo dos produtores. No tocante às crianças, a alimentação proporcionada pelas escolas tem papel de destaque. **Objetivo:** Demonstrar experiências de hortas escolares e alimentação escolar, que contribuem para a alimentação saudável, bem como a participação dessas na produção de alguns alimentos. **Metodologia:** O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), durante o mês de agosto de 2022. Por se tratar de um tema bastante específico, optou-se por utilizar as expressões: “horta escolar”, “alimentação escolar” e “fome zero”. A busca inicial dos resultados foi de 286 artigos e três publicados nos anos 2004, 2005 e 2006 foram incluídos de acordo com os critérios estabelecidos nesta revisão. **Resultados:** A fome está intimamente relacionada à pobreza, cabendo ao Estado a formulações de políticas públicas que visem

a erradicação da insegurança alimentar, que em 2020 chegou a atingir 55,2% da população brasileira segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nacional. Observou-se o uso de uma alternativa já utilizada para manter as crianças alimentadas independentes de sua condição, com objetivo de satisfazer parte de suas necessidades nutritivas diárias dentro das escolas. A clientela atendida atualmente, no país, ultrapassa 40 milhões de alunos no ano de 2022, sendo imprescindível expandir a oferta aos familiares e comunidade em geral. Nesse sentido, podemos contar com projetos de hortas escolares como um grande aliado, possibilitando a plantação de leguminosas que podem compor refeições altamente nutritivas e baratas. Além do benefício nutricional, a horta escolas traz a educação ambiental e a prática de agricultura sustentável e segura. **Conclusão:** Destaca-se a grande necessidade de formulação de políticas públicas voltadas à erradicação da fome por meio da agricultura sustentável, com foco na alimentação escolar e expansão de acesso para a comunidade, por meio de plantação de leguminosas em hortas escolares, visando à nutrição e educação ambiental, do preparo do alimento e cuidado com a natureza.

Palavras-chave: fome; alimentação saudável; agricultura sustentável.

lu.turra@hotmail.com

luana.turra@unoesc.edu.br

juju.eberts@gmail.com

luanageuster@gmail.com

luana.turra@unoesc.edu.br

ledianesavaris@gmail.com

luanavarela03@hotmail.com



GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA: UM OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DO ENFERMEIRO COMO EDUCADOR EM SAÚDE

Taiara Almeida
Emily Maria Colombo
Talya Duarte
Vitória Piovezan
Wuendy Prigol
WEIRICH, Marcia Weirich
Luana Turra

Introdução: Dentro da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está a educação de qualidade, que almeja até 2030, que jovens e adultos, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. No contexto de saúde pública, sabemos que o enfermeiro tem papel fundamental como educador em saúde. **Objetivo:** Demonstrar experiências exitosas e desafios para educação de qualidade, bem como, identificar o papel educador do enfermeiro. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa, baseado em publicações aleatórias a partir de 2014, através do *Google Scholar*, com descritores 'Educação da População' e 'Educação em Saúde' da Biblioteca Virtual em Saúde - BVS, a fim de identificar o tema proposto. Foram encontrados em torno de dois mil artigos, sendo selecionados e analisados na íntegra quatro artigos, estes, publicados entre os anos de 2014-2022. **Resultados:** A educação e o alfabetismo são de grande valia para a vida e dignidade do ser humano, nas regiões mais humildes e zonas rurais o índice de analfabetismo amplia-se, se tornando um enorme desafio para os profissionais em manter a permanência da população nos estudos, assim criam maneiras para torná-los mais efetivos,



acelerar a ampliação do acesso em todos os níveis e modalidades e ter uma melhoria de qualidade de ensino para todos. Presume-se que o analfabetismo contribua também, para um menor conhecimento sobre saúde, principalmente nas populações mais vulneráveis. Os enfermeiros e as equipes médicas são os principais representantes da prática de educação em saúde, com a ajuda de métodos de ensino eles transformam o conhecimento em uma abordagem educativa para combater as doenças e fortalecer a saúde da comunidade, desenvolvendo ações em organizações e instituições que inclui políticas públicas, ambientes adequados, tratamentos clínicos e curativos, bem como propostas educacionais comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, voltadas à mudança de hábitos de vida, visando à melhoria da saúde individual e coletiva. **Conclusão:** Em virtudes dos artigos analisados, destaca-se a insuficiência de ensino básico de qualidade, e o papel fundamental dos enfermeiros no que tange a educação na saúde das populações. Sugere-se um melhor gerenciamento dos processos, dos casos de analfabetismo a fim de promover a autonomia da população, o que pode vir a favorecer, inclusive, a perspectiva do enfermeiro como educador em saúde.

Palavras-chave: educação da população; educação em saúde; enfermagem.

lu.turra@hotmail.com

luana.turra@unoesc.edu.br

emimrs120@gmail.com

luana.turra@unoesc.edu.br

piovezanvitoria@gmail.com

luana.turra@unoesc.edu.br

weirichmarcia01@gmail.com



IGUALDADE DE GÊNERO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Aline Nitz
Andressa Renata da Silva Gonçalves
Andrieli Luana Cavalli
Brenda Gabrieli Pedroso Klagenberg
Caroline Cebila Carl
Elisabete Strassburg Rodrigues
Emilly Cristina Pereira
Esthefani Cristhina Medeiros
Francieli do Nascimento Rodrigues
Mariane Carolina de Almeida

Introdução: Com a chegada da pandemia provocada pelo coronavírus, mudanças no cotidiano das famílias aconteceram, acentua-se as iniquidades sociais, desigualdades de gêneros e a inferioridade feminina, além disso destaca-se também a participação da mulher nos processos decisórios no combate à pandemia e a influência dessa participação no alcance da sustentabilidade. **Objetivo:** Refletir a rotina inquieta e abrupta diante do novo cenário da pandemia do coronavírus através de uma revisão integrativa de literatura. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde a busca foi feita na Biblioteca Virtual da Saúde, durante o mês de agosto de 2022. Os descritores utilizados foram: desenvolvimento sustentável and equidade de gênero. Foram utilizados os filtros: Título, resumo, assunto; base de dados LILACS; idioma português. A busca inicial dos resultados foi de dois artigos, um deles foi excluído devido a fuga do tema. Desta forma, foi incluído 1 artigo de acordo com os critérios estabelecidos nesta revisão. **Resultados:** Conforme o artigo analisado, sob o título “Repercussões da Covid-19 no cotidiano da mulher: reflexões sob o olhar sociológico de Michel Maffesoli” a equidade de gênero e sustentabilidade, explorada sob a ótica da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano, pelo pensamento de Michel Maffesoli, evidenciado as previstas repercussões econômicas, emocionais, na segurança e autonomia da mulher. Nas economias prevê-se crescimento do desemprego.



Evidenciado que constituem 70% da força de trabalhado em saúde e estão sobrecarregadas no Sistema Único de Saúde (SUS), é predominantemente (84,6%) constituída por mulheres. As estatísticas chegaram à conclusão que devido a atitude de superioridade masculina as mulheres chegarão à exaustão e atingirá seu limiar de tolerância expresso em incertezas, medo, angústia, raiva, preocupação, impotência e frustrações, atingindo com maior intensidade, as profissionais de enfermagem. As repercussões na segurança e autonomia se darão pela maior exposição à violência doméstica e ausência feminina nos processos decisórios sobre a doença. Na China e na França, em uma semana os casos aumentaram em 32%¹⁴. No Brasil, levantamentos parciais mostram crescimento de 18% nas denúncias, apenas no mês de março corrente. **Conclusão:** Foi observado que a sobrevivência das mulheres exigirá mudanças dramáticas graças à conquista de sua autonomia. Entender que a compreensão do quadro configurado pelas mudanças da sociedade requer mudança e é contribuído pelas mudanças na sociedade. Alcançar a igualdade entre homens e mulheres exigirá a neutralização das atuais diferenças de íons entre os dois gêneros.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; equidade de gênero; igualdade.

nitzaline3@gmail.com

andressa.renata_goncalves@hotmail.com

andrielicavalli15@gmail.com

brendaklagenber002@gmail.com

karolinekarl1@gmail.com

bethstrassburg@gmail.com

e.cristina.pereira@unoesc.edu.br

esthefanimdr@gmail.com

sandifrancielisandi@gmail.com

maricarolinaalmeida@gmail.com



INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRASTRUTURA NO TRABALHO

P. M. Stefani Ramos
Stefanie Moreira
Stefhany Samantha
O. Raissa Gottschalk
Paola Bernardi
Marcia Restelatto

Introdução: Devido a incessante procura mundial pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pela industrialização e conseqüentemente pelo desenvolvimento econômico, fez com que a maioria dos países optasse por deixar a qualidade de vida em segundo plano. Em razão disso, o trabalho decente corroborou para a redução das desigualdades sociais, garantia de democracia e embasamento sustentável. **Objetivo:** A presente revisão tem por escopo o trabalho decente, bem como estratégias para atingir níveis elevados de produtividade, modernização tecnológica, geração de emprego, criatividade, inovação, produtividade, eficiência e incentivando o crescimento das pequenas e médias empresas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde a busca foi feita na Biblioteca Virtual da Saúde, durante o mês de agosto de 2022. Os descritores utilizados foram: desenvolvimento sustentável e emprego. Foram utilizados os filtros: Título, resumo, assunto; base de dados LILACS; idioma português; assunto principal Desenvolvimento sustentável. A busca inicial dos resultados foi de 2 artigos que foram incluídos de acordo com os critérios estabelecidos nesta revisão. **Resultados:** Observa-se que a sustentabilidade cumpre sua função no pensamento socioambiental, planejando a necessidade de conduzir o processo de organização social no interior das ordens de conservação e transformações do mundo. O Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a ONU já estavam traçando o objetivo de empregar um mecanismo internacional para promover o progresso



econômico social de todos os povos, ao longo dos anos foram criadas agências bilaterais dos países desenvolvidos. Sendo assim, constatou-se que os recursos internacionais para o desenvolvimento recebidos no Brasil são provenientes de organismos multilaterais e destinado ao setor de infraestruturas, transporte e moradia. **Considerações finais:** É notório que há um quadro extensivo de desemprego para ser revertido no decorrer dos anos, principalmente após o início da pandemia, pois contribuiu para a taxa de desemprego planetário, com empresas sendo fechadas e o desenvolvimento mundial ficando ainda mais afetado. Sugere-se então, a investigação de finanças internacionais para o desenvolvimento, observar a renda mundial pós pandemia, bem como a qualidade de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: desigualdades sociais; trabalho; enfermagem.

lediane.tri@gmail.com



INOVAÇÃO NA ENFERMAGEM: A TECNOLOGIA EM FAVOR DA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Leticia Zanella
Lídia Kolling
Loreci Marques
Luana Zanão
Marcelina Debiasi

Introdução: De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em 2030 o Brasil terá a quinta maior população idosa do mundo. Ao projetar um aumento tão significativo na população idosa e analisarmos o constante crescimento e popularização da tecnologia, torna-se necessário administrar e aplicar a integração entre a área da saúde e as ferramentas tecnológicas, que juntas possibilitam inovações que aplicadas especificamente na área da enfermagem garantem uma melhor qualidade de vida a essa população. **Objetivo:** Com o suporte das inovações tecnológicas, profissionais da área da enfermagem são capazes de otimizar e qualificar a assistência oferecida ao paciente. O objetivo desse trabalho foi relatar essas inovações existentes na área da enfermagem que conseguem garantir ao idoso um maior bem-estar. **Metodologia:** Para desenvolver o estudo a cerca do tema abordado foi realizada uma análise de fatos, conhecimentos e referências, baseando-se em pesquisas e artigos disponíveis em bases de dados como o Google Acadêmico e PubMed referente ao período de 2003 a 2022 voltados especificamente para o tema. A integração dos meios tecnológicos na área da saúde tem uma vantagem fundamental, pois é de fácil acesso, hoje, existem aplicativos que alertam sobre o aprazamento dos remédios, outros que permitem avaliar as atividades fisiológicas do paciente, como frequência cardíaca, níveis de glicose sanguíneos, entre outros, emitindo um aviso quando algo estiver fora do comum, sem contar os aplicativos de reuniões que permitem que consultas rotineiras com os



enfermeiros sejam realizadas a distância desta maneira o enfermeiro atua com seus conhecimentos científicos além de intervenções simples como ouvir, interagir e ofertar entretenimento de maneira online, dessa forma os idosos e seus familiares conseguem acessar informações sobre a saúde do indivíduo de forma domiciliar, sem que tenham que se deslocar aos hospitais onde a exposição a parasitas e microorganismos agressores é muito alta, considerando que esse grupo apresenta uma saúde mais debilitada e uma imunidade mais baixa, o uso dos aplicativos reduz a necessidade de deslocamento e possível contaminação desse público alvo. A participação do idoso no cuidado de sua própria saúde através do uso de tecnologias além de garantir maior segurança e qualidade de vida também auxilia na saúde psicológica, uma vez que permite a autonomia do idoso, lhe gerando encargos de responsabilidade e autoconfiança, sendo que ele será responsável pelo monitoramento de sua saúde em conjunto com os profissionais, segundo a OMS “boa parte dos cuidados que os indivíduos necessitam pode ser proporcionada por eles mesmos”. **Considerações finais:** Ao analisarmos os resultados apresentados referente as inovações tecnológicas aplicadas na área da enfermagem diretamente no cuidado com idosos, podemos concluir que existem diversas maneiras de promover a qualidade de vida a essa faixa etária através de ferramentas tecnológicas que se administradas corretamente trazem diversas vantagens, uma vez que facilitam e promovem com segurança um envelhecimento ativo e saudável.

Palavras-chave: idosos; saúde; tecnologias.

zanellaleticia66@gmail.com

lidiafernandakolling@gmail.com

lloreortiz@gmail.com

luana_zanao@hotmail.com

marcelina.debiasi@unoesc.edu.br



MEDIDA DA PANTURRILHA COMO FATOR DE RISCO PARA SARCOPENIA EM IDOSOS

Kethllen S. Rovea

Luciano Fiorentin

Karla Simas

Vilma Beltrame

Introdução: O envelhecimento natural pode gerar diversas alterações fisiológicas corporais que começam a demonstrar algumas limitações ocasionadas pela diminuição da massa muscular caracterizada pela sarcopenia. A sarcopenia é definida como uma síndrome de perda de massa, função e força muscular ocasionando alto risco de incapacidade funcional. A diminuição da força e capacidade muscular pode influenciar no bem estar e comodidade na vida dos idosos. **Objetivo:** Identificar o risco para sarcopenia em idosos residentes na comunidade. **Metodologia:** Estudo transversal cujo os dados foram obtidos através de uma pesquisa de campo com idosos da comunidade, cadastrados na unidade básica de saúde da área central de Herval D'Oeste – SC. Foi realizada coleta de dados sociodemográficos, econômicas e características clínicas. Para medida da panturrilha utilizou-se fita antropométrica inelástica e para o rastreamento da sarcopenia, utilizou-se o instrumento de rastreamento SARC-F + CC. Estudo aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da universidade do Oeste de Santa Catarina, com parecer nº. 5.547.857. **Resultados:** Participaram do estudo 67 idosos, com idade entre 60 a 85 anos, média de $68,85 \pm 6,933$ anos, 59,7% (n=40) do sexo feminino e 40,3% (n=27) masculino. A faixa etária mais participativa foi de 65 a 69 anos representando 32,8% (n=22) dos participantes. Dos 92,5% (N=62) idosos que realizavam consultas ambulatoriais, 77,61% (n=52) com frequência anual de rotina, 35,82% (n=24) realizaram consultas apenas por problemas agudos, e 7,46% (N=5) não realizaram consultas ao longo do ano. Observou-se que 92,54% (n=56) idosos



apresentaram multimorbidade, sendo a Hipertensão Arterial Sistêmica (n=33;49,3%), Diabetes Mellitus (n=12;17,9%) e Hiperlipemia (n=11;16,4) as condições crônicas mais frequentes. O número de medicação contínua variou de 1 a 9 medicamentos dia, e em 10,4% (n=7) foi caracterizado a polifarmácia. Valores médios de IMC foram de 27,16, indicando obesidade grau I. Dentre todos os participantes 3,35% (n=5) dos homens apresentam alto risco de sarcopenia e IMC médio de 23,60 com ponto de corte da CP <34cm, e em femininos 2,01% (n=3), com IMC médio de 22,95 e ponto de corte da CP de <33cm. Foi observado que entre os participantes pré-dispostos a sarcopenia tem como dados de escolaridade Ensino fundamental I incompleto em 87,5%(n=7) e apenas 12,5%(n=1) com Ensino fundamental I completo e II incompleto. **Conclusão:** A maioria dos participantes são do sexo feminino e considerados idosos jovens, a multimorbidade está presente em grande parte dos participantes. O risco para sarcopenia foi mais frequente no sexo masculino, porém a maioria dos participantes não apresentam essa característica. A medida da panturrilha como fator de risco para sarcopenia em idosos pode ser uma tecnologia de grande utilidade e de baixo custo para as unidades de saúde, para acompanhamento de perdas corporais, acompanhamento da diminuição de massa muscular, e precoce identificação de sarcopenia tornado uma forma preventiva do cuidado.

Palavras-chave: sarcopenia; assistência a idosos; multimorbidade.

Pesquisa foi financiada pelo UNIEDU Edital n.54, Art.171/FUMDES.

kethlln.r@hotmail.com

fiorentinl@yahoo.com.br

karlavanessa38@icloud.com

vilma.beltrame@unoesc.edu.br



METODOLOGIA DO ENSINO DA DISCIPLINA ANATOMIA HUMANA NO ENSINO SUPERIOR

Milena Bernardi
Mirian Cordeiro
Mariane Maschio
Maria Zuqui
Janaina Santos

Introdução: A chamada Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com finalidade de superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados no mundo, seja nos diferentes temas, aspectos ambientais e sociais. Entre esses ODS o décimo sétimo explana as parcerias e meios de implementação, e o ODS quarto, assegura e promove a educação de qualidade ao longo da vida, em vista disso, repare-se as dificuldades de ensino da disciplina de Anatomia Humana no ensino superior, uma vez que, a anatomia humana é uma disciplina básica e essencial para todos os cursos de saúde. **Objetivo:** Verificar as diferentes metodologias de aprendizado na disciplina de anatomia humana no Ensino Superior. **Metodologia:** Esse trabalho foi pesquisado no site pubmed com a seguinte descrição "anatomy practical classes", onde foram encontrados 28 artigos, no período 1973 a 2022, foram selecionadas 5 referências para elaboração desse resumo. **Resultados e discussão:** A ciência que estuda e aprende a localizar e identificar as estruturas do corpo humano, é a anatomia humana, sua compreensão é de suma importância para o entendimento do funcionamento do organismo, para isso, um dos métodos usados, é o estudo em cadáveres humanos nos laboratórios de anatomia humana, onde se podem observar com clareza os órgãos. Para melhor entendimento a disciplina é realizado explicação em sala de aula, com imagens das regiões anatômicas, é usado modelos anatômicos, roteiros de estudos e de questões, resolução de casos clínicos e de problematização, pesquisas e



desenhos dos sistemas, desta forma trazendo diferentes formas de aprendizagem para o estudante. Posto isto, percebe-se que as aulas práticas de anatomia no laboratório com peças dissecadas, os acadêmicos têm maior aproveitamento, pois, conseguem associar o conhecimento teórico-prático, gerando um maior entendimento aos assuntos. **Conclusão:** Esses métodos de ensino auxiliam no engrandecimento de aprendizado na vida dos acadêmicos. Além do mais, são metodologias que trabalham à prática, fornecendo uma base profissional futura para os seus concluintes.

Palavras-chave: laboratório de anatomia humana; ensino superior; métodos de ensino.

19jana.ferreira@gmail.com



O TRABALHO NA VISÃO MUNDIAL E SUAS PERSPECTIVAS PARA O BRASIL

Gabriela De Balde
Gabriela Ribeiro Biazus
Joana Basei
Joana Letícia Menegat
Adarly Kroth

Entre as dezessete ODS, a oitavo consiste em promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. O trabalho decente se configura como um dos meios para reduzir as desigualdades no Brasil. Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, apresentou o termo "trabalho decente", identificando um conjunto de propriedades que deveriam caracterizar uma relação de trabalho de qualidade. O conceito foi elaborado em resposta às transformações no mercado de trabalho dos anos 90, principalmente europeu que apresentava altas taxa de desemprego e subcontratação. As políticas de liberalização alteraram as relações entre Estado, trabalhadores e empregadores, deixando a economia muito mais influenciada pelas forças de mercado do que pela mediação entre seus atores sociais, normas legais e intersetores do Estado. O trabalho decente permeia as ações da OIT e dos estados membros, influenciando as políticas públicas nacionais. O que a OIT identifica como condições de trabalho decente, estão ligadas ao auto respeito, bem-estar e desenvolvimento do indivíduo como ser humano. As transformações tecnológicas e produtivas criam novos desafios no mercado do trabalho, com novas formas de relações trabalhistas e velhas desigualdades. A organização evidencia que mais da metade dos trabalhadores do mundo está ocupado na economia informal, não possuindo assim direitos. No entanto, o ODS dezessete envolve o fortalecimento da implementação e revitalização da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. A legislação tributária e as reformas de políticas públicas destinadas



a melhorar a capacidade de arrecadar impostos e outras receitas criarão um sistema tributário mais simples, mais eficiente e mais justo. As Nações Unidas definem os países de menor desenvolvimento relativo (PMD) como países de baixa renda, que são mais vulneráveis a choques econômicos e ambientais, têm baixos níveis de recursos humanos e têm um PIB per capita inferior a US\$ 1.045,00. Esses países estão flexibilizando suas políticas nacionais e oferecendo incentivos fiscais para atrair mais investimento estrangeiro direto e aumentar seus retornos econômicos. Além disso, a decisão da OMC, assegura que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações de PMDs sejam transparentes e simples, implementação oportuna de quotas e acesso ao mercado livre de impostos para todos os PMDs em uma base durável, e ajudar a facilitar o acesso ao mercado.

Palavras chaves: Desigualdade Social. Políticas Públicas. Exploração.



OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Maria Eduarda Miotto
Kethllen Silvia Rovea
Luana Mendes Rodrigues
Maria Heloisa Ortiz de Castro
Vilma Beltrame

Introdução: Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS – é um apelo global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. O ODS 13- "Ação contra a mudança global do clima", refere-se à necessidade de adoção de medidas para combater as alterações climáticas e os seus impactos, possuindo três metas específicas. **Objetivo:** Descrever a atuação do Brasil frente ao ODS 13. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica em dois artigos e oito sites oficiais. **Resultados:** Foi possível constatar que as três metas do ODS 13 estão em retrocesso no país. A meta 13.1 diz respeito a ampliação da resiliência e da capacidade adaptativa a riscos relacionados ao clima e aos desastres naturais. Um dos principais indicadores dessa meta é o número de mortes, de pessoas desaparecidas e de pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres. Nos últimos três anos, houve um aumento desse indicador, sendo que em 2021 mais pessoas foram afetadas, cerca de 1032,8 para cada cem mil habitantes. Segundo dados do Observatório do Clima, em 2020, houve uma elevação de 9,5% da emissão de gases na atmosfera. Mesmo assim, o Brasil tem atuado para modificar legislações e diminuiu compromissos já estabelecidos a nível global. Um exemplo é o Acordo de Paris, onde o país estendeu sua meta de redução de 100% das emissões de carbono, em vinte anos, de 2030 para 2050. A meta 13.2 refere-se à integração de medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos



nacionais. O IV Relatório Luz (RL), afirma que o Brasil reduziu sua capacidade de enfrentar riscos climáticos. O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima segue paralisado, e, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), em 2021, recebeu o menor orçamento federal desde sua criação. Ainda assim, o Cemaden emitiu um número recorde de emissão de alerta de riscos, relacionados a deslizamentos de terra, inundações e enxurradas. Dessa forma, com a falta de planejamento para enfrentar os desastres ambientais, as comunidades com maior vulnerabilidade social são as que sofrem os maiores impactos, aumentando a desigualdade. A meta 13.3 declara que há necessidade de melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce de mudança de clima. Apontada no RL, essa meta não apresenta progresso, pois houve um esvaziamento da perspectiva de educação ambiental. Após o desmonte do Órgão Gestor da Educação Ambiental, não há nenhuma iniciativa em nível nacional para o debate sobre a crise climática. **Considerações finais:** Fica claro que, no Brasil, não houve avanço referente às metas do ODS 13. É visível a necessidade de estimular mecanismos para planejamento de atividades educacionais e tecnológicas. A sustentabilidade é um dos principais métodos de mudança global frente aos impactos ambientais, devendo ser explorada e disseminada para as pessoas, podendo ser difundida, também, na Atenção Primária em Saúde.

Palavras-chave: conservação dos recursos naturais; desastres ambientais; promoção da saúde.

mariaeduarda2@gmail.com

kethllen.r@hitamil.com

mendesluuh11@gmail.com

mariaheloisaortiz02@gmail.com

vilma.beltrame@unoesc.edu.br



OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16 E 17: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS

Janaina Toigo Binsfeld
Elaine Giardini
Eliane Santos
Emanuely Altenhofen
Gabriele Barcaro
Gabrieli Martini
Edésio Pacheco Duarte

Introdução: Os objetivos do desenvolvimento sustentável - ODS foram instaurados pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, compostas por 17 propostas, cuja sua finalidade é propor o trabalho conjunto de toda a sociedade para um mundo mais justo, igualitário e sustentável até o ano de 2030, garantindo que todas as pessoas tenham dignidade e capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. **Objetivo:** Este estudo tem por objetivo apresentar os objetivos de desenvolvimentos sustentáveis 16 e 17, na sua definição e estágio atual ante a meta determinada para 2030. **Metodologia:** Trata-se de um estudo bibliográfico, usando como fonte de dados artigos aleatórios, disponibilizados no site google acadêmico. **Resultados:** O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 da ONU (ODS 16) corresponde ao tema relacionado a PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; seu foco está na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos e construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Além dessas diretrizes, o objetivo inclui uma atuação ampla e integrada em áreas sensíveis da sociedade, como o combate a preconceitos, violência infantojuvenil, feminicídio, tráfico de pessoas, tortura, e todas as práticas criminosas que ferem os direitos humanos. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17, intitulado "PARCERIAS E MEIOS DE

IMPLEMENTAÇÃO" busca fortalecer os meios de implementação de todos os ODS e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. A realidade internacional do momento mostra ainda uma grande distância em se atingir o ODS 16, em função do que se tem observado na guerra entre Rússia e Ucrânia, e de outros conflitos ao redor do mundo, que tem gerado um exército de refugiados que partem de suas terras em busca de paz e sobrevivência digna. No Brasil, dados da ONU divulgados em 2022 revela que 61,3 milhões enfrentam a insegurança alimentar o que, apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, coloca o país no mapa da fome da ONU novamente, um retrocesso, visto que em 2014, a notícia de que o Brasil havia saído do Mapa da Fome da ONU foi manchete nacional. No tocante ao ODS 17, esta realidade mostra que a implementação dos 16 ODS tem sido um desafio constante que exigirá um esforço coletivo com todos os indivíduos e nações se comprometendo efetivamente a concretizá-los em seus campos de influência. **Conclusões:** Estes dois aspectos apontado da realidade mundial e nacional mostra ainda o quanto estamos longe de se atingir o ODS 16 e por conseguinte o ODS 17, que clama pela implementação colaborativa de todos os ODS, para alcançar a paz e a prosperidade é preciso trabalhar colaborativamente em prol das pessoas e do planeta, encontrar soluções eficazes para reduzir todas as formas de violência e fortalecer os direitos humanos perante a sociedade, pois uma sociedade em guerra não consegue prosperar.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; responsabilidade social; justiça social.

janainatoigo49@gmail.com
giardinielaine@hotmail.com
elianeadsantos4@gmail.com
emanuelyaltenhofen16@gmail.com
gabrielebarcaro987@gmail.com
gabrielimartini@hotmail.com
edesio.duarte@unoesc.edu.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 15 e 17

Fabiana Meneghetti Dallacosta
Aline Klein Schmidt
Ana Paula Groth
Ana Cristina Lopes
Cesar Cavaletti Junior
Anna Julia Roncen
Dara Camila Neris da Silva

Introdução: Os Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) consistem em um pacto criado e assinado durante a Cúpula das Nações Unidas pelos seus 193 países membros. Trata-se de um pacto global composto por 17 objetivos ambiciosos que são interconectados com propósitos de desenvolvimento enfrentados pela população global, promovendo o crescimento sustentável até 2030. Sendo este de interesse conjunto de países, empresas e instituições, visando assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento feminino e agir contra as mudanças climáticas. O objetivo dos ODS no Brasil inclui: acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que todos possam desfrutar da paz e prosperidade. **Objetivo:** realizar um estudo sobre os ODS número 15 e 17. **Metodologia:** Estudo bibliográfico, documental. **Resultados:** O ODS 15 refere-se a proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Até 2030 combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de



produtos ilegais, integrar os valores dos ecossistemas e biodiversidade ao planejamento nacional e local, mobilizar e aumentar as fontes de recursos financeiros para a conservação sustentável e reforçar o apoio global para os esforços de combater a caça ilegal e sustentável. O ODS 17 diz respeito a fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. O objetivo 17 é dividido em 5 categorias, sendo: Finanças, Tecnologia, Capacitação, Comércio e Questões Sistêmicas. O fortalecimento nas finanças tem por objetivo fortalecer a mobilização de recursos internos, buscar apoio internacional aos países em desenvolvimento, ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento, adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos. O fortalecimento na tecnologia tem por objetivo melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação. O fortalecimento na capacitação tem por objetivo reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável. O fortalecimento no comércio tem por objetivo aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, promover um sistema multilateral de comércio universal. O fortalecimento nas questões sistêmicas tem por objetivo aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas, aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável. **Considerações finais:** Após estudo dos ODS 15 e 17, foram elaboradas algumas atitudes de como a enfermagem poderia contribuir para esses objetivos, sendo: Realizar descarte correto de materiais em seus devidos recipientes, para



posteriormente reciclagem; Reduzir sempre que possível a impressão de papéis para uso interno da unidade sem necessidade; Utilizar papéis reciclados quando possível; Abrir apenas materiais necessários para o procedimentos a serem realizados, evitando assim o desperdício e gerando menos resíduos a serem descartados.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; conservação dos recursos naturais; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

fabiana.dallacosta@unoesc.edu.br

aline.kleinschmidt@yahoo.com.br

anapaula_mullergroth@hotmail.com

analopes1018@gmail.com

cj.cavalett99@gmail.com

RUIVARONCEN@HOTMAIL.COM

dnerisdasilva@gmail.com



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: onde estamos e para onde vamos

Maria Rosa Castaldello
Naiara Claudia Schindwein
Neiva Oliveira
Nicoly Spricigo Cofferi
Nycole Moreira
Omella Stangherlin Reolon
Patrícia Zilio Tomasi

No segundo semestre de 2022, o curso de enfermagem da Unoesc Joaçaba propõe como atividade prática de ensino e extensão o estudo dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Tratam-se de 17 propostas elaboradas pela organização das nações unidas (ONU) que visam através de metas melhorar, até o ano de 2030, a qualidade de vida da população mundial, aumentar e assegurar o acesso a serviços de educação e saúde e diminuir o impacto ambiental. O objetivo número 2 visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição da população e promover a agricultura sustentável. Esse propósito está principalmente focado nas pessoas em situação de vulnerabilidade, desnutrição e afecções relacionadas a falta de alimento. Além disso, busca atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, gestantes, lactentes e pessoas idosas. Para isso, procura produzir alimentos de forma sustentável, evitando prejuízos aos solos e a fauna, mantendo o valor nutricional e qualidade dos produtos. Também busca dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores agregando valor ao emprego dos agricultores e aumentando o investimento rural e a tecnologia. Já o ODS 17 aborda sobre a implementação dos objetivos e o desenvolvimento sustentável, estando dividida em cinco tópicos: finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas. Sobre finanças, este objetivo trata da mobilização de recursos financeiros para países em desenvolvimento, através de recursos internos e por meio do apoio internacional, melhorando a capacidade



nacional de arrecadação de impostos e outras receitas, e diminuindo o endividamento dos países menos desenvolvidos. Quanto a tecnologia o objetivo é aumentar o acesso à ciência e inovação e difundir sistemas ambientalmente corretos. Em relação à capacitação o ODS descreve a importância de reforçar a cooperação entre países para a efetivação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Referente ao comércio, destaca a importância de promover um sistema de mercantilização universal com taxas menores, aumentando, assim, as exportações dos países sub-desenvolvidos. Relacionado às questões sistêmicas, argumenta sobre estabelecer políticas que promovam a autonomia dos países que buscam eliminar a pobreza e implementar o desenvolvimento sustentável concretizando os ODS, além de desenvolver medidas de aprimoramento ao produto interno bruto (PIB). A enfermagem pode contribuir para a concretização destes objetivos - principalmente os que tratam da saúde dos indivíduos – através de orientações realizadas nas consultas de enfermagem, sanando dúvidas dos pacientes e também com auxílio de projetos sociais que visam fornecer uma alimentação completa e saudável, garantindo qualidade de vida e nutrição à população. Além disso, esta classe corrobora com as ODS exercendo sua atividade principal: o cuidado. Em síntese, conclui-se que a concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável possibilitará a erradicação da pobreza e da fome, além de auxiliar no crescimento político e econômico dos países sub-desenvolvidos e preservar a natureza.

Palavras-chave: ODS, alimentação saudável, segurança alimentar.

mariarosacastaldello@gmail.com

naiaraclaudiaschindwein@gmail.com

neivaóluzia@hotmail.com

nickcobain2@gmail.com

nycole_filbert@estudante.sc.senai.br

ornellast47@gmail.com

patricia.tomasi@unoesc.edu.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS: ERRADICAÇÃO DA POBREZA E PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

William César Gavasso
Marcela Patrícia Martins Pedrelli Barcaro
Jovane Aparecida Teixeira
Marcieli Leite
Maria Eduarda Barcellos
Lucas Doré
Maria Eduarda Lorini

Introdução Atualmente os índices de pobreza estão aumentando, e é de extrema importância ressaltar esses assuntos para que possamos achar soluções e maneiras para mudar. A pobreza é definida como a falta de acesso a serviços essenciais, saneamento básico, saúde, educação, energia elétrica, bens de consumo, alimentos, de condições básicas e falta de orientação. Porém, agindo de acordo com o protocolo da ONU, teremos a estimativa de redução na taxa da pobreza até 2030. **Objetivo** Foi realizado uma análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa, através da revisão literária para descrever características sobre a erradicação da pobreza e sobre as parcerias e meios de implementação, que são os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), estabelecido pelo instituto de pesquisa econômica aplicada que, envolve metas e objetivos globais. **Metodologia** Esse estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica, plataformas digitais, com utilização de palavras como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Pobreza, visando analisar os dados relevantes de forma criteriosa para a erradicação da pobreza. **Resultados** A ONU estabeleceu uma meta de melhoria com compromisso para capacitar nacionalmente a arrecadação



de imposto. Para ter controle dessa meta aplicada se definiu dois indicadores: 1º Total das receitas do governo em porcentagem do produto interno bruto (PIB) por fonte. 2º Porcentagem do orçamento do governo financiada por impostos cobrados internamente, sendo assim, essas metas e indicadores servem para que o país as siga com o compromisso de fornecer a ajuda ao país em desenvolvimento, com implementação de comitê de assistência ao desenvolvimento. O Brasil está na lista de organização para a cooperação e desenvolvimento econômico, habilitado em receber recursos da assistência oficial de desenvolvimento. A alta incidência da pobreza, se objetivou a 1º meta das nações unidas, que tem como objetivo a redução pela metade da pobreza que engloba mulheres, homens e crianças. A 2º meta é reduzir a pobreza monetária e não monetária de homens, mulheres e crianças. As duas metas se complementam com aspectos usando a ambição criteriosa como linha de pobreza monetária e não monetária, porém realista na linha nacional. A meta Brasil conseguiu cercar o problema da pobreza, sem impor medidas que interferisse na linha da pobreza, para acompanhar a meta global. As metas, nacional e global, são guiadas pela incidência da pobreza com uma linha per capita de U\$ 5,50 no Brasil, tendo uma variação pequena entre 2016 a 2017, apontando aproximadamente 53 milhões de pessoas abaixo da linha per capita de U\$ 5,50 por dia no ano de 2016. Para que se tenha uma redução da pobreza global e nacional, tem que chegar a 13% até 2030. **Conclusão:** O desenvolvimento sustentável será o maior desafio global, e serão tomadas medidas de todas as formas e dimensões, para que ocorra até 2030 a redução significativa da pobreza. Colaborando para um futuro igualitário e digno para o bem-estar do ser humano.

Palavras-chave: Pobreza. Implementação. Desenvolvimento sustentável. Nacional.

william.gavasso@unoesc.edu.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A VIOLÊNCIA COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Ana Julia Marquez

Andressa Toaldo

Bruna Basílio

Douglas D'agostini

Emilly Silva

Fabiula de Campos

William Gavasso

A violência é uma problemática social presente na sociedade desde a sua formação. O mundo globalizado caracteriza-se, cada vez mais, por uma escala de violência que se apresenta de diversas formas. O uso da violência deixa sempre resquícios nocivos, quer tenha acontecido há muito tempo, quer seja de data recente. Ela é definida, segundo a Organização Mundial da Saúde, como o uso intencional da força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. É um fenômeno devastador. Se não mata, incapacita e acarreta traumas insuperáveis. Por isso, ela foi declarada como um problema importante e crescente de saúde pública no mundo, trazendo sérias consequências para indivíduos e gerando enormes efeitos prejudiciais no setor de saúde. Tal realidade desafia a educação em todos os sentidos e níveis e, especialmente nos desafia para uma educação para a paz, que perceba a realidade como um processo dinâmico, que se abra para uma construção coletiva. Desta forma, é urgente e necessária uma intervenção social, capaz de prevenir a violência, onde se deve ter metas a curto e longo prazos, tais como a implantação de políticas públicas, programas e ações que objetivem mudanças estruturais, socioculturais, econômicas e subjetivas capazes de alterar as condições que favorecem esse fenômeno. A partir disso,



a ONU constituiu uma agenda global de desenvolvimento sustentável, formada por 17 objetivos a serem alcançados até 2030, o que ficou conhecido como Agenda 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável buscam assegurar os direitos humanos de todas as nações, através de parcerias colaborativas para orientar políticas públicas e fortalecer a paz mundial em busca de um planeta mais próspero. Eles podem ser referências para uma educação para a paz, pois configuram uma plataforma de enfrentamento à violência. Este presente artigo foca no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, intitulado "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", com o objetivo de "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis", apresentando pesquisas em suas contribuições para a formação humana, especialmente através da educação formal e informal para a redução dos índices de violência. Não há desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável, pois a paz somente pode se tornar uma realidade em um mundo sustentável mediante um desenvolvimento econômico, político e social sustentável que inclua todos os seres humanos e o meio ambiente como um todo. Dessa forma, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se tornam instrumentos de construção para a cultura da paz e contra a violência.

Palavras-chave: violência no Brasil; saúde pública; desenvolvimento sustentável.

william.gavasso@unoesc.edu.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS: Água Limpa e Saneamento

William César Gavasso
Johanna Vitória Kack Weber
Evilyn Cristina D´Avila
Gabrieli Martins Fattori
Helena Barcela Luiz
Ingrid Marjorie Schmitz
Janaina Luzzani Buttner

Introdução Dentre os variados usos da água, o principal deles é o consumo humano, ligado ao importante papel que tem com a manutenção da vida. O objetivo central do presente resumo é a utilização da água potável e o acesso ao saneamento básico. Para isso levamos em consideração dois pontos importantes, o acesso ao saneamento básico e água potável como direito humano e condições do saneamento básico no Brasil. **Objetivo** Avaliar as bases legais do direito a água e saneamento básico no Brasil. **Metodologia** Esse estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica, plataformas digitais, com utilização de palavras como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Água e saneamento básico, visando analisar os dados relevantes de forma criteriosa para alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável. **Resultados** O direito a água é assegurado pela ONU desde julho de 2010. No Brasil, esse direito é assegurado pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e pela Lei Federal n.9.433/1997, que assegura que em casos de escassez, o uso prioritário da água é o consumo humano. Com a Lei Federal nº 11.445/2007 foram incorporados a proposição de abordagem integrada do setor do saneamento básico com outros setores, como de recursos hídricos; e com a ampliação da comunidade de pares na gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Grande parte da população

brasileira não possui acesso aos serviços de água e de saneamento de forma segura e não fazem parte de dados oficiais por estar em regiões rurais ou fora da área de atuação das empresas prestadoras desses serviços. Nosso país está distante da universalização do acesso a estes serviços, principalmente em relação às populações excluídas dos centros urbanos, dificultando a definição de uma agenda para a universalização de tais serviços. Além disso, os atuais indicadores de acesso aos serviços de forma segura não consideram toda a população brasileira. A falta de acesso aos serviços de saneamento básico e distribuição de água potável afeta de forma ainda mais intensa a saúde de crianças. Estudos da Unicef (2018) mostraram que 61% de crianças e adolescentes no Brasil vivem em situações de pobreza, sendo privados de pelo menos um direito dentre: educação, informação, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água e saneamento. O que mais falta é o saneamento, seguido por educação e água potável. Relacionado a isso, em 2015 a 2016 tivemos um aumento de 4,19% na taxa de mortalidade infantil e em 11% da mortalidade na infância, o primeiro aumento em 26 anos. Todos esses aumentos estão relacionados às condições socioeconômicas do país, especialmente em municípios mais pobres. **Conclusão:** O saneamento depende de engenharias e diversos profissionais ligados ao setor e responsáveis pelo planejamento, projetos, fabricação de equipamentos, e instalação de redes e de sistemas para o abastecimento de água; pela coleta, tratamento e destinação adequada dos esgotos e dos resíduos sólidos. **Palavras-chave:** Água. Saneamento Básico. Desenvolvimento sustentável.

william.gavasso@unoesc.edu.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS

William César Gavasso
Gabriele Biazzi
Lara Zanella Mendes
Natasha Katia Zilli
Talita Luiza Ezequiel

Introdução: A pobreza é um fenômeno complexo que, segundo Barros (1992 p.16 apud ABREU, 2012 p. 98) “não pode ser definida de forma única e universal”. Entretanto, alguns autores dão enfoque ao nível de renda que acomete as pessoas de uma dada região, as privações existentes e as circunstâncias sociais. Atualmente, no Brasil existem indivíduos que vivem diariamente com menos de R\$1,90, o que impede a existência de condições de vida mínimas necessárias, como moradia, alimentação e outros itens básicos de sobrevivência. Sendo assim, a ONU propôs os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (ODS), composta por 17 objetivos. A ODS 1 propõe a erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares até 2030, além de garantir proteção social aos vulneráveis, direitos iguais aos recursos econômicos e ao acesso a serviços básicos, garantindo assim a qualidade de vida da população e um melhor desenvolvimento do país. **Objetivo:** Esse estudo tem como objetivo entender a percepção da pobreza no cenário mundial atual, bem como os meios e ações utilizados para erradicá-la no decorrer dos próximos anos; haja vista que a pobreza, além de gerar desigualdades que enfraquecem a harmonia social, afeta a integridade de milhões de pessoas e prejudica o crescimento econômico de um dado país. **Metodologia:** Para isso, foi utilizado o método de revisão bibliográfica, a partir de artigos selecionados nas plataformas Google Acadêmico e Scielo, contemplando estudos entre os anos de 2012 e 2022. **Resultados:** Nesse âmbito, é válido ressaltar que a erradicação da pobreza juntamente



com propostas sustentáveis deve ser um projeto aplicado em todas as suas diretrizes. Unir forças para aplicar esses fatos está intimamente correlacionada com busca por finanças, tecnologias, capacitações e parcerias multissetoriais; além da adoção de iniciativas que visam ajudar os países em desenvolvimento, a mobilização de recursos que aspiram o crescimento sustentável e a busca ativa por múltiplas fontes de progresso também são ações que fortaleceriam em conjunto com a ciência e a tecnologia, mudanças no cenário da fome. Por outro lado, existe o planejamento de ações para que, em um futuro próximo, haja a união complementar entre o desenvolvimento sustentável - que também é proposto pela ONU na ODS 17 - em conjunto com o Produto Interno Bruto (PIB), almejando que os países subdesenvolvidos busquem o equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais e o fim de desigualdades sociais. **Conclusões:** Infere-se, portanto, que medidas eficazes são necessárias para a erradicação da pobreza no cenário nacional. Assim como a implementação e reforço de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável, medidas que mobilizem e compartilhem conhecimento, tecnologia e recursos financeiros também são necessárias, para que, além do progresso complementar do PIB, em viés de um aumento nas exportações e diminuição da taxa de desemprego, haja melhoria nas condições básicas de vida da população.

Palavras-chave: pobreza; mundial; erradicação; ODS.

william.gavasso@unoesc.edu.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SAÚDE E BEM-ESTAR

Patrícia C. C. das Chagas
Samara Magrinelli
Steffani Luana Ventura
Valéria Xavier
Vanderléa Evangelho
Vinicius Bergonsi Barichello
Eduardo Janir de Souza

Introdução: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Surgiram através do Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais estiveram em funcionamento entre 2000 e 2015. Como foram observados avanços em relação à redução da pobreza global, e melhora no acesso à educação e à água, foi então determinado o estabelecimento dos ODS. O foco era dar continuidade ao trabalho iniciado, traçando novas metas, a fim de contemplar todos os países, tendo como objetivo que todos países estabeleçam suas próprias metas nacionais.

Objetivo: O ODS 3 é dedicado à "saúde e bem-estar" com nove metas ambiciosas, incluindo a redução de mortes maternas, infantis e prematuras por doenças não transmissíveis, acidentes rodoviários, produtos químicos perigosos e poluição e poluição ambiental; erradicar a AIDS, tuberculose, malária, doenças negligenciadas e hepatite; promoção da saúde mental; prevenção e tratamento do abuso de álcool e outras drogas; acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva; e cobertura universal de saúde, incluindo proteção contra riscos financeiros, acesso a serviços de qualidade e segurança, vacinas básicas e medicamentos. O ODS 17 é o que tem mais metas e aborda diferentes frentes associadas ao desenvolvimento sustentável.

Metodologia (trata-se de um revisão da literatura) O cenário brasileiro revela a necessidade do desenvolvimento de ações conjuntas, sólidas e urgentes, considerando temas como o saneamento básico, a



nutrição e a produção agrícola sustentável para o devido e almejado cumprimento das metas do ODS 3. Desta forma para alcançar as metas propostas para esse ODS, as políticas sociais brasileiras devem caracterizar-se à parte dos interesses econômicos e políticos, reconhecendo os direitos sociais e buscando a concepção e o desenvolvimento de ações para diminuir as desigualdades sociais. Assegurar também uma vida saudável e promover o bem-estar para todos os brasileiros. **Resultados:** Em relação a redução da mortalidade materna e de crianças, temos vigente a Resolução da ANVISA nº 36, de 3 de junho de 2008, “que dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal. Já a meta 3.7 afirma: “Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais”. Esta meta está presente, primeiramente, na Constituição Federal, no art. 226, §7º, sendo regulamentada posteriormente na Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 (“Lei do Planejamento Familiar”). A partir disso, podemos observar uma série de ações do poder público em atendimento à sociedade, como no caso da disponibilização gratuita de contraceptivos e, mais recentemente, nos projetos de lei que visam a distribuição gratuita de absorventes.

Palavras-chave: ODS; saúde e bem-estar; planejamento familiar.

eduardo.souza@unoesc.edu.br
patriciacarlacaetano@yahoo.com.br
samaramagrinelli1@gmail.com
stefani.luana_ventura5@hotmail.com
valeria88xavier@gmail.com
leiaevangelho@gmail.com
vinibarichello@hotmail.com



OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTAMINAÇÃO DOS MARES COM OS ASPECTOS EM SAÚDE

Vanessa Gauer
Morgana Lazzarín
Paola da Silva Carniel
Taciana Ribeiro de Lima

Introdução: O ODS 14, intitulado “*vida abaixo de água*” tem a finalidade de conservar e promover o uso e o desenvolvimento sustentável de mares, oceanos e recursos marinhos que atendem às necessidades econômicas, sociais e ambientais da população global, além de auxiliar na regulação do sistema climático de todo o planeta Terra. Os oceanos são o maior ecossistema do mundo, cobrem mais de dois terços da superfície terrestre e contém 97% da água de todo o planeta. Obtém-se dados de que 50% deles são afetados por atividades humanas referentes à pesca predatória e à poluição, sendo os mares Mediterrâneo e Báltico os mais afetados. Toneladas de plástico, metais tóxicos (principalmente mercúrio), químicos, esgotos e pesticidas são lançados diariamente aos oceanos e estão matando e contaminando frutos do mar que alimentam três bilhões de pessoas ao redor do mundo, além de ameaçar microrganismos que vivem na água e são grandes produtores de oxigênio. Essa contaminação toda, que tende a triplicar até 2040, é prejudicial à nossa saúde e pode ainda levar a problemas intestinais, neurológicos e cânceres.

Objetivo: Identificar problemas de saúde relacionados à poluição e degradação marítima, para posterior levantamento de soluções e/ou melhorias que contribuam para o desenvolvimento sustentável, aliado à preservação da saúde e qualidade de vida da população mundial.

Metodologia: Pesquisa na plataforma digital Google Acadêmico: desenvolvimento sustentável; oceanos; doenças; metas. **Resultados:** De acordo com o relatório de 2020, sobre o progresso dos ODS, os esforços atuais para proteger os ambientes marinhos não atenderam



às expectativas. Nesse contexto, destaca-se o ODS 17, intitulado "parcerias para os objetivos", que se trata de um sumário de diferentes metas que se associam ao desenvolvimento sustentável, também estimadas a serem alcançadas até o ano de 2030. Constitui-se de 19 metas divididas em 5 categorias: finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas. É voltado para ações internacionais que auxiliam países em desenvolvimento, tornando amplas as transferências de tecnologia e comércio multilateral. Pelo fato de abranger inúmeras áreas, acaba conseguindo conduzir os meios implementados pelas demais ODS e ainda busca formas de elevar a estabilidade macroeconômica global através de coordenação política. **Considerações Finais:** Diante do pressuposto, evidencia-se uma necessidade de ampliação da disseminação de informações a respeito de como a contaminação nos oceanos é prejudicial à saúde humana, bem como, a importância do ecossistema marítimo para manutenção e preservação da vida em todo o planeta Terra, associadas à monitorização e ao planejamento de ações por parte das esferas governamentais para a enfim concretização dos ODS.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; oceanos; doenças; metas.

vanessa.gauer13@gmail.com

morganalazzarin@gmail.com

pa_carniel16@outlook.com

taciana.cetesc@gmail.com



ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS E ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO: atividade prática de ensino e extensão, um resumo integrado.

DELANI, Diogo;
CORRÊA, Diego T;
MOREIRA, Eduardo;
MINELLA, Jacqueline;
SOUZA, Eduardo Janir de

O ODS 11 visa garantir a habitação segura, adequada e acessível, acesso seguro aos meios de transportes, mantendo atenção singular aos vulneráveis e desfavorecidos, aumentar a inclusão urbana e sustentável. No artigo intitulado como "cidades sustentáveis: limites e possibilidades conceituais e regulatórios", pontua-se diversas consequências ambientais, sociais, políticas e culturais, devido ao abundante deslocamento social para as áreas urbanas nos últimos tempos. É necessário registrar que a tríade: cidade, desenvolvimento e sustentabilidade, é desafiadora e complexa. No capitalismo atual, a humanidade tem buscado progresso por meio do desenvolvimento, que, por vezes, não está correlacionado a qualquer preocupação ou responsabilidade com a preservação do patrimônio ambiental e, com os conflitos sociais daí decorrentes. No Brasil, cidade sustentável é direito materializado constitucionalmente, mas que encontra obstáculos para se concretizar. As transformações necessárias voltadas à sustentabilidade devem ser precedidas de bom diagnóstico e faz-se fundamental uma visão integrada entre a natureza e o homem, onde sejam alinhados o desenvolvimento dos espaços urbanos com o respeito à sustentabilidade em todas as suas dimensões. A raiz do problema reside no modelo desordenado e degradador de urbanização do território brasileiro, que precisa ser



repensado, saindo do padrão poluidor para sustentável. Já a ODS 17 que pretende fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, nos contextos mundial e brasileiro, mobilizando recursos financeiros aplicados aos países em desenvolvimento, ajudando-os na sustentabilidade e promoção de investimentos, instigando às cooperações, promover o comércio e a exportação, respeitando os preceitos políticos e de liderança de cada país. Sobre políticas públicas, um diagnóstico bem feito é não só aquele que levanta as diferentes variáveis e os dados da realidade, mas o que agrega a reflexão e, em consequência, a formação de diferentes grupos sociais. A identificação dos problemas e diferentes alternativas para sua solução são processos que fortalecem uma perspectiva mais complexa da vida e da situação analisada. O Brasil possui interessantes experiências de ampla participação popular na definição de políticas, nem sempre devidamente valorizadas. O discurso da modernidade é explícito na valorização da qualidade, admitindo diferentes critérios para sua definição e estabelecendo indicadores quantitativos que não necessariamente têm a ver com decisões que orientaram intervenções nas políticas sociais. Contudo, é evidente que esse objetivo, ainda que oculto, desempenha papel fundamental na consolidação dessa forma de avaliação, pois a competitividade é apresentada como uma sadia variável que estimula o crescimento e desenvolvimento de cada país. O sucesso dos ODS dependerá de meios adequados e alinhados, onde sigam-se as metas e objetivos almejados. O que altera o desenvolvimento de um país é a capacidade de modificar indicadores-chave, de modo sustentado. Ter metas e objetivos claros para diferentes horizontes, disciplina e compromisso para percorrer os caminhos desenhados, sendo visionários no processo final e não somente nos acontecimentos intermediários.

Palavras chave: ODS. Sustentabilidade. Cidades.



POLUIÇÃO E IMPACTO CLIMÁTICO NA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA

Lea Rosane da Silva

Letícia Debarba

Loiri Calai

Eduardo Janir de Souza

Introdução: O clima e as mudanças climáticas resultantes da ação do homem como poluição, desmatamento, entre outros, influencia diretamente na vida e conseqüentemente na saúde das pessoas, desta forma um dos objetivos do desenvolvimento sustentável até 2030 é a ação contra a mudança global do clima, com a finalidade de estabilizar e reduzir seus impactos no ambiente. **Objetivo:** Refletir o impacto das mudanças climáticas na saúde das pessoas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde a busca foi realizada na base de dados da Scielo Brasil, durante o mês de agosto de 2022. Os descritores utilizados foram: saúde and clima. Foram utilizados os filtros: Título, resumo, assunto; idioma português. A busca inicial dos resultados foi de dois artigos, um deles foi excluído devido a fuga do tema. Desta forma, foi incluído um artigo de acordo com os critérios estabelecidos nesta revisão. **Resultados:** Conforme o artigo analisado, sob o título "Projeção da mortalidade e internações hospitalares na rede pública de saúde atribuíveis à poluição atmosférica no Estado de São Paulo entre 2012 e 2030" a poluição, um dos principais fatores de alteração climática e em discussão há décadas há nível mundial buscando a redução de emissão de carbono proporcionou aos autores ainda em 2015 prospectar aproximadamente 250 mil óbitos em São Paulo em razão da poluição, dentre as causas de óbito as de caráter respiratório terão maior destaque, mesmo que a emissão de poluentes mantenha a mesma taxa de emissão de 2011, durante todo o período 2012- 2030. Além do aumento no número de óbitos, ocorre paralelo a isso aumento no número de internações por doenças do aparelho respiratório, doenças de pele e câncer, o que gera aumento



de despesas públicas e piora na qualidade de vida das pessoas. O estudo aponta ainda que políticas de redução e regulação de emissões de poluentes e incentivos a energias mais limpas mitigariam o impacto sobre a saúde. **Considerações finais:** Observa-se que a poluição, um dos principais responsáveis pelo aquecimento global e conseqüentemente um dos propulsores para as alterações climáticas interfere diretamente na saúde das pessoas, com perspectivas negativas para um futuro próximo caso medidas não sejam adotadas. Reduzir a emissão de poluentes é necessário e urgente, pois as doenças associadas a poluição aumentam exponencialmente.

Palavras-chave: ODS; saúde; impacto climático.

eduardo.souza@unoesc.edu.br

lea.sanguanini@gmail.com

leticia de barba6@gmail.com

loicalai@hotmail.com



RELAÇÃO ENTRE A DESIGUALDADE SOCIAL COM A ESQUISTOSSOMOSE

Cleu Pelentir de Souza
Dara Marcon
Debora Americo Ribeiro
Alan Savariz

Introdução: A esquistossomose é uma doença conhecida como barriga d'água, os principais sintomas são febre, diarreia, hepatoesplenomegalia e fezes com sangue podendo levar à morte. A transmissão ocorre pelo contato com água contaminada, que apresenta o caramujo do gênero *Biomphalaria* hospedeiro intermediário, no homem hospedeiro definitivo a larva penetra na pele caindo na corrente sanguínea e atingindo vários órgãos, eliminando ovos pelas fezes contaminando regiões sem saneamento básico e populações de baixa renda, sendo considerada endêmica no Brasil. No país se apresenta como objetivos de desenvolvimento sustentável e direito fundamental dos cidadãos as metas: 10.4 do objetivo redução das desigualdades se referindo a políticas de salário e proteção social para alcançar uma maior igualdade e meta 17.15 que tem como objetivo parcerias e meios de concretização a implementação de políticas para erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. O **objetivo** dessa pesquisa é mostrar a importância de adotar políticas para combater a esquistossomose em locais que apresentam desigualdade social, de salário, de proteção social e de desenvolvimento sustentável. **Metodologia:** Foram pesquisados artigos na plataforma digital do google acadêmico utilizando os descritores: Esquistossomose e redução da desigualdade no Brasil, destes foram selecionados oito artigos. **Resultado:** A partir dos estudos das fontes de pesquisa citados acima foi obtido 5980 artigos como resultado. Relaciona a apresentação da doença e expansão do meio rural para o meio urbano, havendo relação entre pobreza, fome e desnutrição, dentre esses fatores o saneamento básico é considerado um fator



de risco para a doença. As cidades com maiores casos da doença em Minas Gerais entre 2001 e 2017 são as que apresentam menor cobertura de esgoto e água tratada. Em uma região de São Paulo após implantação de saneamento e melhorias básicas houve uma queda de mortalidade infantil de 50% nos anos de 2000 a 2010. Em 2013 no Brasil o índice de saneamento básico atingia somente cerca de 83%, sendo que a doença se apresentava endêmica nas regiões que correspondiam aos 17%. A população exposta ao hospedeiro intermediário são as de precárias condições socioeconômicas embora reconheça a gravidade da doença tratar-se como natural é inevitável. Os indivíduos têm acesso a informações de transmissão e infecção da patologia, entretanto não reconhecem estar expostos a tais riscos, sendo que a saúde não se relaciona somente com bem-estar físico, que depende de fatores externos como moradia, meio ambiente, infraestrutura, saneamento entre outros, relaciona-se que o investimento em saneamento básico reduz os custos na saúde.

Conclusão: Conclui-se que a relação entre esquistossomose e o meio social em que o indivíduo vive resulta no contágio da doença, afetando pessoas sem condições básicas. A doença tem relação com pobreza e doenças negligenciadas, para a erradicação não é possível somente promoção em saúde e combater o caramujo, faz se necessário medidas viáveis ambientais, econômicas e sociais e de saúde.

Palavras-chave: esquistossomose; desigualdade social; condições socioeconômicas.

alan.savariz@unoesc.edu.br

cleupelentirsouza@gmail.com

dara.marconn@gmail.com

deboraribeiro606@gmail.com



SANEAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO TECNOLÓGICA

Ana Carolina Padilha
Guilherme Vilar
Monique Schneider
Willian Torri
Marcia Restelatto
Lediane Trissoldi

Introdução: O saneamento básico é fundamental para a saúde da população. O acesso ao saneamento se compreende por abastecimento de água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana. Quando ausente é um fator agravante na saúde e contas pública nas nossas comunidades. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos causados na saúde, meio ambiente e economia pela falta de saneamento. **Metodologia:** Para isto foram encontrados diversos artigos e dados disponibilizados pelo ministério da saúde, onde foram separados três artigos, dois sendo encontrados no google acadêmico, onde trata-se de uma revisão integrativa da literatura, sendo a busca feita na plataforma do Google Acadêmico, durante o mês de setembro de 2022. Os descritores utilizados foram: meio ambiente; saúde pública; economia. **Resultados:** Com o aumento rápido da população umas das maiores preocupações é com o fato de que mais de 1,3 bilhões de pessoas acabem não tendo acesso a nenhum tipo de saneamento, no Brasil que possui uma população aproximadamente de 235 milhões de pessoas 35 milhões vivem sem água tratada e cerca de 100 milhões não tem acesso algum a coleta de esgoto, um dos impactos mais relevantes que podemos constar seriam a ausência de abastecimento de água potável e coleta e tratamento do esgoto, estes mesmo relacionados principalmente com a propagação de doenças. O esgoto é composto por uma mistura de água proveniente de diversas coisas como: banhos, limpeza de



louças descarga de vaso sanitário, todos estes resíduos são ricos em agentes patógenos e compostos tóxicos servindo de alimento para bactérias e vírus, assim não devendo ser eliminados diretamente na natureza sem o devido tratamento, a água não tratada é um dos principais fatores de disseminação de doenças, sendo as mais comuns diarreias, leptospirose e dengue. No Brasil a falta de saneamento afeta também a desigualdade social, pelo baixo investimento em regiões mais pobres, a educação por ter contato mais frequente a água não tratada e esgoto, impacta na desvalorização do nosso turismo, pela decorrência de lixo jogado em nossas praias e até mesmo esgoto não tratado despejado diretamente no mar causando a poluição delas. Um dos fatores que poderiam diminuir tais incidências de doenças por falta de saneamento seria a disponibilização de informações do quanto é prejudicial quando uma pessoa entra em contato com água e esgoto não tratada, arrecadação de fundos tanto privado quanto público para investimento. **Conclusão:** Assim com metas estabelecidas e a longo prazo implantando medidas de incentivos para a tecnologia e inovação, tendo em vista parcerias com empresas e entidades. Sugerindo alguns mecanismos de promoção e difusão da ciência e tecnologia, entre ela, manutenções, incentivos e aplicação de investimento a manutenção com o intuito da melhoria de desenvolvimento sustentável para atingir toda população, recomendando o fortalecimento e adoção de sistemas e parcerias. **Palavras-chave:** meio ambiente; saúde pública; economia.

lediane.tri@gmail.com



SUSTENTABILIDADE: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Gabrieli Esperança
Jeise Paz; Elaine Silva
Roberto Degenhardt

Introdução: A ONU (Organização das Nações Unidas) apresenta com base em estudos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como primeiro deles temos a Erradicação da Pobreza que dentro dos 17 ODS visa reduzir pela metade a população que vive em extrema pobreza até o ano de 2030. **Objetivo:** O objetivo desse desta revisão é demonstrar projetos realizados no Brasil para atingir as metas da ODS 1 - Erradicação da Pobreza. **Metodologia:** Este resumo constitui-se de uma revisão bibliográfica, para a qual, foram selecionados, por meio de busca eletrônica, artigos das bases de dados Google, utilizando os descritores "ODS" e "Erradicação da Pobreza", obedecendo ao espaço de tempo de cinco anos. **Resultados:** São apresentadas várias definições de autores sobre a pobreza, relatando um histórico do início até os dias atuais, com baseamento em dados estatísticos de órgãos conceituados. Alguns projetos realizados no Brasil estão contribuindo para a redução da pobreza, como o Bolsa família e o desenvolvimento de cisternas de plástico com isso aproximadamente cinco milhões de habitantes possuem acesso a água potável. O Brasil não apenas conseguiu aumentar a inclusão de renda, mas também combater a pobreza multidimensional. Mas apesar da redução, nosso país continua sendo um dos mais desiguais do mundo. Dentro dos objetivos apresentam o auxílio ao comércio internacional para ajudar países em desenvolvimento a alcançar um sistema universal de comércio que seja justo e aberto para todos. O bolsa família é um dos projetos que contribuiu para a erradicação da pobreza, visando que muitas pessoas a partir desta ajuda apresentou uma qualidade de vida melhor. Observa-se também que gerando empregos diretos e indiretos, o fortalecimento do uso da mão de obra



local colabora para a erradicação da pobreza, como o projeto Ser+ realizador, contribuindo para a inclusão de mais de três mil catadores de recicláveis, apoiando a gestão e fomentando as melhorias das instalações das cooperativas, o que gerou o aumento da renda.

Conclusão: Conclui-se que a erradicação da pobreza só será possível em um trabalho conjunto dos governos e de suas populações, pois todos devem saber seus direitos e deveres como sociedade. Com projetos e investimentos sociais corretos teremos grandes avanços, com a possibilidade de alcançar os objetivos até o ano de 2030.

Palavras-chave: objetivo do desenvolvimento sustentável; erradicação da pobreza; mão de obra; inclusão; população.

gabrielgubertesperanca@gmail.com

prenivoca@gmail.com

brupaz2018@gmail.com



TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ketine de Jesus Meneses
Magda Carolina Kunzler
May Kelly Karine Perão
Paula Carolina Araújo
Rosângela Monteiro
Rosângela Primieri
Taissa Batista Meneghel
Tatiane Todeschini
Mariane Carolina de Almeida

Introdução: O trabalho decente é fundamental para superação de condição de pobreza, desenvolvimento sustentável e desigualdade social. Oferecer um trabalho formalizado, adequadamente remunerado, garantia em condições de liberdade e segurança deve ser prioridade política para organizações governamentais. **Objetivo:** Em vista o desenvolvimento deste, propõem como objetivo compreender a importância do trabalho decente para promover o desenvolvimento e crescimento econômico sustentável, reduzir a pobreza de todas as formas, promover o bem-estar para todos através de uma revisão integrativa de literatura. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde a busca foi feita na Biblioteca Virtual da Saúde, durante o mês de agosto de 2022. Os descritores utilizados foram: desenvolvimento sustentável and emprego. Foram utilizados os filtros: Título, resumo, assunto; base de dados LILACS; idioma português; Tipo de estudo: Estudo prognóstico; 2017 a 2022. A busca inicial dos resultados foi de três arquivos, dois artigos e uma tese de doutorado que foi excluída. Sendo assim foram incluídos dois artigos de acordo com os critérios estabelecidos nesta revisão. **Resultados:** Segundo o artigo Indicadores de sustentabilidade socioambiental de pisciculturas familiares em área de Mata Atlântica, no Vale do Ribeira, indicou que, o termo sustentabilidade está presente diretamente a inovações tecnológicas, tecnociência e suas

inovações, que tensiona para transformações no mundo. Analisando o artigo Sustentabilidade: um conceito de organização social das ordens de conservação e transformação do mundo observa-se que desenvolvimento sustentável deve ser interligado a três pilares, econômico, social e ambiental, ou seja, não há trabalho descente sem sustentabilidade, sendo assim, é no meio trabalhista que os pilares se unem e formam o crescimento sustentável. É perfectível que a partir da revolução industrial elencado o consumo como vital, com o crescimento populacional constante, na condição de prevalecer o vigente pensamento sucederá impossível sustentar todos os materiais produzidos. Portanto ao analisar está situação início o termo "Desenvolvimento sustentável" que é associado e resume-se em crescimento econômica, demandas humanísticas e o meio ambiente. Levando em consideração um mundo melhor para as próximas gerações. Desta maneira em 2015 a Cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, criou uma agenda para ser cumprida até 2030, com 17 objetivos. **Conclusão:** Posto isto analisamos que a erradicação da pobreza é o maior desafio global e o principal quesito para o desenvolvimento sustentável. O trabalho descente é o estopim para essa banalização, ofertando trabalho para a população com os devidos direitos, salário digno, liberdade, segurança. Com o intuito de desenvolvimento trabalhista e concedendo fim a miséria.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; emprego; economia.

kmeneses793@gmail.com

mag.kunzler16@gmail.com

maykellyp35@gmail.com

paah.araaujo@gmail.com

rosangelapunoesc@gmail.com

rosangela.monteiro0776@gmail.co

taissa.meneghel@unoesc.edu.br

tatitodeschini30@hotmail.com

maricarolinaalmeida@gmail.com



XVIII

Semana Acadêmica de Enfermagem

IX

Mostra Científica do Curso de Enfermagem



ACOMETIMENTO DE LESÕES POR PRESSÃO EM USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS

Joice Luz
Lediane Paula Trissoldi

Introdução: A lesão por pressão é uma lesão cutânea na pele e/ou tecidos moles subjacentes, ocasionadas pela interrupção de fluxo sanguíneo geralmente sobre uma proeminência óssea, gerando inflamação e morte tecidual. É um importante problema de saúde pública, e apesar dos avanços científicos e tecnológicos, ainda representa grande causa de morbidade e mortalidade. Pessoas com sensibilidade reduzida são potenciais candidatos para o desenvolvimento de lesão por pressão, os usuários de cadeira de rodas são mais expostos ao risco das temidas lesões por conta dos períodos prolongados na mesma posição. **Objetivo:** compreender a incidência de lesões por pressão em usuários de cadeira de rodas, bem como a interferência na qualidade de vida dos mesmos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, da qual buscou-se artigos científicos disponíveis nas plataformas SCIELO, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual de Saúde. Por ora, o critério de seleção do material foi arbitrária e perpassou pela interferência da percepção subjetiva dos pesquisadores. **Desenvolvimento:** Várias condições contribuem para o desenvolvimento da lesão, podendo estar relacionada ao uso de dispositivos médicos, desnutrição, imobilidade e percepção sensorial diminuída. Estima-se que cerca de 80% dos usuários de cadeiras de rodas já tiveram lesão por pressão, sendo destes 8% com desenvolvimento de infecção por bactéria. Para aliviar a pressão e o desconforto da posição sentada, as pessoas trocam a postura periodicamente, aliviando a pressão nas nádegas, porém os usuários de cadeira de rodas não contam com a possibilidade de mudança de postura, e a falta de sensibilidade não permite sentir a pressão do assento. O corpo apoiado nas superfícies do assento transfere todo o peso da cabeça e tronco para a região das nádegas, gerando um aumento de pressão e podendo resultar em uma



lesão em pouco tempo. Permanecer na mesma posição por cerca de 10 a 15 minutos pode causar fechamento de capilares da pele sob a região das tuberosidades isquiáticas, levando ao início da necrose tecidual. As mesmas podem trazer consigo constrangimentos físicos e emocionais aos pacientes cadeirantes, sendo um medo expresso pelos mesmos por ser um fator limitador na qualidade de vida, e dependendo da extensão da lesão, maior será o tempo de cicatrização. O acometimento dessas lesões interfere diretamente na qualidade de vida do paciente, limitando sua liberdade e autonomia em função da necessidade de troca de curativos, além de interferir na vida social, induzindo à reclusão do paciente por conta do odor que a lesão pode gerar. A maioria das cadeiras de rodas produzidas possuem uma configuração de sistema estático, que restringe a variedade de posturas e favorece o desenvolvimento de lesões por pressão. O uso de almofadas geralmente é utilizado em uma tentativa de prevenção das lesões, no entanto, estudos mostram que esse método é ineficaz. Para garantir mais conforto e aliviar os pontos de pressão, as cadeiras de rodas ideais deveriam permitir variações temporárias de posição, sendo uma alternativa para prevenir as lesões causadas pela exposição em períodos prolongados. **Conclusão:** a rapidez no desenvolvimento da lesão e a dificuldade de tratamento são os principais obstáculos encontrados. Outro ponto levantado é sobre as dificuldades encontradas na socialização dos mesmos, evidenciado pela limitação das tarefas do seu cotidiano. Compreender a interferência das lesões na qualidade de vida e inclusão dos usuários de cadeira de rodas é o primeiro passo para a elaboração de um plano de cuidados que auxilie na prevenção das lesões por pressão, além da realização de uma série de práticas que promovam a saúde.

Palavras-chave: cadeira de rodas; lesões por pressão; qualidade de vida.

joice.fdaluz@gmail.com



ATENÇÃO PRIMÁRIA E O PAPEL DO ENFERMEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Naiuri Dalla Santa Chiste
Lediane Trissoldi

Introdução: A atenção primária também chamada de atenção básica é o primeiro contato da população com o Sistema Único de Saúde (SUS). Possui ações voltadas para a promoção, prevenção, reabilitação, tratamento, manutenção da saúde e redução de danos. O enfermeiro na atenção primária cumpre um papel de grande importância, sendo gestor e prestando assistência na mesma, visando a dimensão do cuidado individual e coletivo. **Objetivo:** Apresentar a atenção primária, destacando sua importância e mostrar o papel do enfermeiro dentro da mesma. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, a qual se deu na base de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico. Como critérios de inclusão foram artigos entre os anos de 2008 e 2023. **Desenvolvimento:** A atenção primária é de grande importância para o cuidado efetivo da população, sendo ela a responsável pela prevenção de agravos e de ações para promover a saúde, através dela é ordenado os fluxos de serviço dentro da rede de cuidado. Sua principal área de atuação é em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e em Estratégias de Saúde da Família (ESF), sendo gerida por uma equipe multiprofissional. Dentre os profissionais atuantes nas UBS/ESF o enfermeiro é o responsável por ordenar a assistência e gerir a equipe, para assim garantir o cuidado efetivo para a população adscrita em seu território de atuação. **Conclusão:** Com a gestão e assistência necessária sendo feitas de forma qualificada a atenção primária é capaz de resolver grandes demandas de saúde da população, o enfermeiro dentro deste processo ganha papel de



destaque, ganhando maior autonomia para gerenciar sua equipe e resolver as demandas de sua área.

Palavras-chave: atenção primária; cuidado; enfermeiro.

naiuridschiste@gmail.com

lediane.trissoldi@unoesc.edu.br



CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA ATENÇÃO BÁSICA SEGUNDO DEMANDA ESPONTÂNEA: REVISÃO DA LITERATURA

Eduardo Moreira
Daiane R. M. Freitas
Juliana Dal Moro
Camila P. Ribeiro
Julia Pancera
Diogo Delani
Paula G. Kleber

Introdução: Porta de entrada do Sistema Único de Saúde, a Atenção Básica constitui hoje a mais importante rede de cuidado, centrada nos princípios de universalização, equidade e integralidade, voltados à prevenção, promoção, proteção, tratamento e reabilitação. Dentro do acolhimento inicial, usa-se da escala de classificação de risco, proposta pelo Ministério da Saúde (MS), como forma de organizar o atendimento, priorizando assim a urgência de cuidado e a eficácia da intervenção. **Objetivo:** Conhecer o sistema de classificação de riscos nos pacientes da Atenção Básica. **Método:** Revisão da literatura, com busca nas bases de pesquisa da SCIELO, BVS MS, Biblioteca-Portal da Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Os critérios de inclusão foram publicações recentes pertinentes ao tema de Atenção Básica. Critérios de exclusão, estudos com data de publicação anterior à 2019 ou que não fazem parte dos propostos pelo MS. **Desenvolvimento:** Como método de qualificar a assistência, de forma padronizada, a classificação de risco visa alocar os usuários ao atendimento prioritário conforme o grau de sofrimento, potencial de risco e de agravo à saúde. Baseado em sistemas internacionais de classificação e alavancado pela Política Nacional



de Humanização do SUS (2004), o protocolo atual, proposto na cartilha de acolhimento do MS, utiliza quatro cores, que delimitam a escolha primária de atendimentos, podendo associar: vermelho, que indica o atendimento imediato, conduta possível em parada cardiorrespiratória, diminuição do nível de consciência, dor intensa, convulsão, entre outros; amarelo, indica prioridade e deve ser atendido em até 60 minutos, possível em gestante com dor abdominal, ansiedade, febre sem complicação, entre outros; verde, deve ser atendido durante o dia, possível dor leve, tosse, renovação de receita médica, e outros; azul, deve ser atendido conforme disponibilidade/ agendamento, possível em testes rápidos, aferição de pressão de rotina, entre outros. Não sendo uma forma de diagnóstico, mas sim de estratificação de risco, elenca-se a importância da educação continuada na construção de classificar as diferentes patologias, sejam elas agudas ou crônicas, deve-se afirmar que o profissional enfermeiro é o mais indicado para atuar nesta área, que demanda de conhecimento técnico-científico, promovendo uma escuta qualificada, raciocínio clínico e crítico, tomar decisões imediatas e prestar atendimento de caráter emergencial se necessário, além das orientações voltadas aos usuários. O classificador deve também informar sobre a conduta da classificação ao paciente e sobre o tempo de espera para atendimento, seja ele de enfermagem ou médico. Há possibilidade de levantamento de dados, relacionados a diagnósticos, número de consultas por cor classificadora, maior índice de patologias e queixas associadas, além de dados sociodemográficos. **Conclusão:** A escala de classificação de riscos é de suma importância frente aos atendimentos, pois consolida o princípio da equidade, diretriz fundamental do SUS, onde os pacientes são atendidos de forma segura e resolutiva mediante as problemáticas, envolvendo um olhar holístico da equipe, fazendo com que o fluxo de atendimentos seja adequado às necessidades, diminuindo as chances de negligência. Importante é a notabilidade



do enfermeiro classificador nas UBS, como gerenciador do cuidado quando bem preparado com medidas de educação continuada.

Palavras-chave: atenção básica; classificação de risco; educação continuada.

em.moreiraeduardo@gmail.com

enfermeiradaianeoliveira@gmail.com

julianadalmoreo@yahoo.com.br

camilaribeiro121@gmail.com

julia.pancera@yahoo.com.br

diogo.delanidd@gmail.com

paula.kleber@unoesc.edu.br



DESCOMPRESSÃO METASTÁTICA CIRÚRGICA COMO TERAPIA DE CONTROLE

Lediane Savaris
Lediane Paula Trissoldi

Introdução: A compressão metastática ocorre devido crescimento contínuo ou descontrolado de um tumor paravertebral, onde este desenvolve pressão na medula, o que prejudicará o fluxo sanguíneo da região, a depender da localização do tumor, produzirá lesões e assim irá prejudicar funções basais físicas e neurológicas.

Objetivo: explorar a necessidade da realização do procedimento de descompressão metastática, tratar dos riscos e benefícios e outras opções de tratamento.

Metodologia: Trata-se de resumo expandido de revisão de bibliografia. Realizada uma pesquisa com revisão integrativa da bibliografia, selecionando artigos das bases de dados PubMed e Scielo publicados no período de 2018 a 2023, com os descritores descompressão metastática, compressão metastática, tratamento.

Resultados: para uma efetividade de cura e/ou redução de sintomas e danos, é necessário que a neoplasia seja descoberta em sua fase inicial ou em caso de impossibilidade, iniciar intervenções assim que descoberta. O sinal inicial mais visto precocemente é a dor dorsal, associada a piora progressiva rápida, tosse e esforço respiratório ativo ou a mudança de decúbito, ainda, paralisia parcial de membros e retenção ou incontinência urinária. Na descoberta tardia os possíveis sintomas a serem observados são instabilidade da coluna vertebral e ausência ou dificuldade de deambulação, onde podem estar associados a acometimentos de déficit neurológico. Atualmente os tratamentos disponíveis trata-se de uso de corticosteróides, radioterapia e realização de cirurgia para descompressão. O tratamento mais utilizado é a intervenção cirúrgica chamada de descompressão metastática; apesar de



bastante arriscada e de alto nível de complexidade, quando o risco não supera o possível benefício ao paciente e esse ainda possui a habilidade de deambular, caracteriza-se como a melhor opção, considerando tempo de recuperação pós-operatória e benefícios concedidos em vista de outras terapias. O procedimento refere-se ao objetivo de descomprimir a medula espinhal em sua circunferência total. De modo geral, a realização do procedimento deve ser avaliada de acordo com o estado geral do paciente, buscando compreender a verdadeira necessidade e sucesso efetivo após a intervenção, verificando a possibilidade genuína de recuperação e o alcance total dos benefícios pós cirúrgicos, objetivando um real conforto e redução de sintomatologia. **Conclusão:** Os estudos trazem que a intervenção de descompressão metastática, refere-se a um procedimento paliativo, onde objetiva diminuição de dor e sintomas intensos causados pelo tumor e quando bem-sucedida permite uma maior qualidade de vida para os pacientes, devolvendo a eles sua autonomia e importante restauração de funções, promovendo mais mobilidade e independência dando possibilidades de vida, já que o tumor retira desses pacientes atividades comuns de dia-a-dia em decorrência dos sintomas que causa, prejudicando o curso natural de vida, bem como a qualidade de vivência.

Palavras-chave: descompressão; descompressão cirúrgica; tratamento.

ledianesavaris@gmail.com

lediane.tri@gmail.com



DIFICULDADE DA VIVÊNCIA DE PACIENTES COM TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR: REVISÃO DA LITERATURA

Eduardo Moreira
Camila P. Ribeiro
Anne C. Letti
Lediane P. TRissoldi

Introdução: O Transtorno Afetivo Bipolar (TAB) é uma condição psiquiátrica crônica caracterizada por oscilações extremas no humor, levando até mesmo a quadros graves de depressão. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), da Associação Americana de Psiquiatria classifica o TAB em dois tipos: o Tipo I é marcado pela mania (humor exacerbado e episódios depressivos intercalados com a estabilidade de humor) e o Tipo II é marcado pela hipomania (elevação do humor mais branda). Além do prejuízo emocional, esta patologia desencadeia alterações cognitivas e comportamentais que prejudicam os vínculos sociais. **Objetivo:** Compreender os aspectos familiares e sociais que estigmatizam indivíduos com Transtorno Afetivo Bipolar. **Método:** Revisão da literatura, com busca nas bases de pesquisa da SCIELO e BVS. Os critérios de inclusão foram publicações recentes, superiores a 2019, relacionadas ao tema. Critérios de exclusão, estudos com data de publicação inferior há 2019. **Resultados:** Taxado pejorativamente, os transtornos mentais ainda são vistos de maneira errônea, onde o diagnóstico é subjugado pela sociedade. No caso do TAB, a dinâmica familiar/ social do paciente é completamente modificada, uma vez que, o familiar precisa demandar de tempo para o acompanhamento necessário, acumulando um cansaço físico e emocional, por vezes não podendo trabalhar para que haja efetividade no cuidado, somando-se ainda à questão financeira, onde os gastos com tratamento são de elevadas proporções, período este que pode durar desde a infância até a fase adulta ou até mesmo idade longa. Já por parte do paciente, além das restrições



psíquicas como a mudança de humor frequente, e fisiológicas como o exemplo de não conseguir realizar higiene pessoal sozinho ou ingerir a medicação corretamente, em alguns casos, há aquelas impostas pelo meio social, como desconfiança exacerbada no meio laboral e de estudos, onde o mesmo é arbitrado sobre suas capacidades de aprendizado e rendimento no quesito trabalho. Por vezes torna-se difícil o convívio sadio e o amadurecimento afetivo devido a patologia, onde muitos não conseguem manter relacionamentos ou até mesmo iniciá-los, construindo sobre essas limitações, barreiras sociais que causam um singularismo social, e estas por sua vez, superam a vontade de interação, mudança e de seguimento de vida. **Conclusão:** Visto com preconceito e discriminação, o TAB é um distúrbio mental que necessita ser tratado adequadamente, para que o paciente consiga manter elevado os níveis de qualidade de vida, é indispensável que haja concreta estimulação para vivência social, vendo que o isolamento só aumenta as chances de agravamento do quadro depressivo e maníaco. É assegurado que estes podem ter uma vida relativamente normal e até mesmo fazendo com que a patologia fique despercebida, quando associado a rotina social, medicação adequada e quando a família compreende os aspectos da doença e aprende a conviver com os entraves possíveis.

Palavras-chave: transtorno bipolar; transtornos de humor; dinâmica familiar.

em.moreiraeduardo@gmail.com

camilaribeiro121@gmail.com

anne.letti@unoesc.edu.br

lediane.trissoldi@unoesc.edu.br



ESCALA DE EVARUCI X ESCALA DE BRADEN: ANÁLISE DE DESEMPENHO E POTENCIAL PREDITOR

Diego Trento

Fabiana Meneghetti Dallacosta

Introdução: As lesões por pressão (LP) são complicações que ocorrem durante a exposição do paciente a pressão nas proeminências ósseas por um determinado período de tempo. **Objetivo:** Avaliar e comparar a efetividade das escalas de Braden e Evaruci na prevenção e avaliação do risco de lesão de decúbito em pacientes internados. **Método:** foram avaliados pacientes internados em dois hospitais do Meio Oeste, acima de 18 anos e acamados. Foram excluídos aqueles com menos de 48 horas de internação. Os pacientes foram acompanhados durante toda internação, diariamente, com aplicação das escalas de Braden e Evaruci. **Resultados:** Participaram do estudo 41 pacientes, 53,7% do sexo masculino, média de idade $69,3 \pm 18,9$ anos, média IMC $27,1 \pm 6,3$, média do tempo de internação $4,2 \pm 3,1$ dias, 14 (34,1%) desenvolveram lesão por pressão durante a internação. Como desfecho, 20 (48,8%) tiveram alta, 17 (41,5%) foram à óbito e 4 (9,8%) foram transferidos. Foi observada diferença significativa na escala de Braden no último dia de internação ($p < 0,05$) e de Evaruci no primeiro dia ($p < 0,00$), sugerindo que Evaruci foi melhor em predizer risco de LP no início da internação e Braden foi melhor no final da internação. O desenvolvimento de LP não teve relação com o IMC ($p = 0,931$), tempo de internação ($p = 0,901$), sexo ($p = 0,747$), nem com a presença de comorbidades como hipertensão ($p = 0,100$) ou diabetes ($p = 0,954$). Não houve relação do óbito com a presença ou ausência de lesão por pressão ($p = 0,457$). Idade teve correlação positiva com os valores da escala de Evaruci. **Conclusão:** as escalas de Braden e Evaruci tiveram desempenho diferente considerando o início e o final da internação, sugerindo que Evaruci



deveria ser usada no primeiro dia de internação e após seria melhor usar a escala de Braden.

Palavras-chave: lesão por pressão; enfermagem; cuidados críticos.

Pesquisa foi financiada pelo UNIEDU

fabiana.dallacosta@unoesc.edu.br

diegotrento11@hotmail.com

